



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| | | | |
|--|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | | | |
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 1998/17 | DATA: 14/12/2017 | |
| LOCAL: Plenário 13 das Comissões | INÍCIO: 10h02min | TÉRMINO: 12h36min | PÁGINAS: 53 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PABLO BARCELLOS BERGMANN - Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil — URCOP, do Departamento da Polícia Federal — DPF.
IOLETE RIBEIRO DA SILVA - Membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA.
JAQUELINE ANA BUFFON - Procuradora da República.
JOEL GOMES MOREIRA FILHO - Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB.
THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Presidente da ONG SaferNet Brasil.
ANA CRISTINA MELO SANTIAGO - Delegada-Chefe da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente — DPCA, da Polícia Civil do Distrito Federal — PCDF.
FLÁVIA ALVES DE OLIVEIRA MUNDIM - Servidora da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal — PRF.
ALESSANDRA INÊS DA SILVA AREIAS - Psicóloga clínica.
RENATO JUNQUEIRA - Presidente da Fundação Republicana Brasileira — FRB.

SUMÁRIO

Debate sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na Internet.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Declaro abertos os trabalhos da 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, do dia 14 de dezembro de 2017.

A presente reunião de audiência pública é fruto do Requerimento nº 264, de 2017, de minha autoria, com o objetivo de discutir o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na Internet.

Gostaria de apresentar as justificativas e ausências.

A Exma. Sra. Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República, terá como representante a Procuradora Jaqueline Ana Buffon.

O Sr. Fernando Segóvia, Diretor do Departamento da Polícia Federal, que terá como representante o Delegado Pablo Barcellos Bergmann, Chefe da Unidade de Repressão a Crimes de Ódio e Pornografia Infantil.

O Sr. Renato Dias, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, terá como representante a servidora da Comissão de Direitos Humanos, a Sra. Flávia Alves de Oliveira.

O Sr. Claudio Lamachia, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, terá como representante o Sr. Joel Gomes Moreira Filho, Presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente.

A Sra. Berenice Giannella, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do CONANDA, terá como representante a Conselheira Sra. Iolete Ribeiro da Silva.

Em razão do número de palestrantes, senhores e senhoras, que são um total de oito, julgamos mais adequado dividir o debate em dois blocos. Cada palestrante terá o tempo de 10 minutos para sua apresentação.

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Para acompanhá-la, basta acessar a página WebCâmara, no *site* principal da Câmara dos Deputados, ou na página da CCTCI.

Encerrada a reunião, todas as exposições realizadas com o uso de Power Point serão disponibilizadas na página da Comissão.

Mais uma vez, eu gostaria de dar o meu bom-dia a todos os senhores e às senhoras. Agradeço a todos a presença. Agradeço também ao Sr. Renato Junqueira, Presidente da Fundação Republicana Brasileira — FRB, a presença.



É uma honra receber todos nesta Casa.

Convido para compor a Mesa a Sra. Jaqueline Ana Buffon, do Ministério Público Federal; o Sr. Pablo Barcellos Bergmann, da Polícia Federal; o Sr. Joel Gomes Moreira Filho, da OAB; e a Sra. Iolete Ribeiro da Silva, do CONANDA.

Esta será nossa primeira Mesa. Por favor, sentem-se, fiquem à vontade!

Nós vamos disponibilizar 10 minutos a todos para a apresentação. Se for necessário mais tempo, é só pedir.

Desde já, quero agradecer aos senhores palestrantes por terem aceito o convite desta Comissão para participar desta audiência, cujo tema é de vital importância para a sociedade brasileira.

Senhoras e senhores, a proposta do dia de hoje é discutir a influência da Internet, sobretudo, das redes sociais na ocorrência dos crimes de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes.

De acordo com a Organização das Nações Unidas, o abuso e a exploração sexual está entre os crimes que mais castigam as crianças e adolescentes no mundo. O Brasil está entre os países da América Latina com o maior número de casos de violência sexual infantojuvenil. Dados da Secretaria de Direitos Humanos revelam que, entre os meses de janeiro e junho de 2017, o Disque 100 registrou 9.138 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Com base nesse número, podemos concluir que, a cada hora, duas crianças ou adolescentes foram vítimas de violência sexual no Brasil. É possível que neste momento alguém esteja sendo vítima de abuso ou exploração sexual infantojuvenil.

Os números do Disque 100 deste ano retratam uma realidade que entristece e envergonha todos nós brasileiros. O crescimento das redes sociais entre os jovens fez com que os crimes de abuso e a exploração sexual ganhassem projeção ainda maior. A sensação de impunidade faz com que as redes de pedofilia e o crime de pornografia infantil atuem com mais intensidade na Internet, deixando as crianças e adolescentes expostos cada vez mais ao perigo.

Para termos ideia da dimensão do perigo, a Polícia Federal realizou no mês de outubro uma megaoperação, na qual prendeu 108 pessoas envolvidas com pornografia infantil na Internet. Além de recolher milhares de conteúdos pornográficos, também foram encontrados manuais de como abusar sexualmente de



uma criança e fotos de bebês sendo abusados sexualmente. O conteúdo era comercializado clandestinamente pelas redes de pedofilia que atuam na Internet.

Diante do exposto, senhoras e senhores, eu abro espaço para esta discussão, com o objetivo de apontar caminhos e soluções que garantam a proteção de nossas crianças e adolescentes.

Gostaria de passar a palavra agora ao Sr. Pablo Barcellos Bergmann, para sua apresentação.

O SR. PABLO BARCELLOS BERGMANN - Bom dia a todos. Bom dia, Deputada. Agradeço o convite e cumprimento o Deputado Roberto Alves e os demais integrantes da Mesa.

Como tenho 10 minutos para falar, vou passar diretamente à minha apresentação, senão não vai dar tempo.

Gostaria de fazer uma pequena correção, Deputado. Em relação à operação que foi feita neste mês, gostaria de dar os créditos aos colegas da Polícia Civil, porque foram eles que a fizeram.

De início, eu sempre costumo falar sobre a atribuição da Polícia Federal. Eu vou passar rapidamente agora para essa parte, depois eu vou para outra mais interessante, porque nós não temos muito tempo.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Polícia Federal atua na área de exploração sexual infantil, em razão da previsão constitucional do art. 109, inciso V, que diz:

Art. 109.....

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

Como o Brasil é signatário da Convenção dos Direitos da Criança, esse é um tratado internacional. Associa-se também essa Convenção com o fato de haver transnacionalidade, ou seja, de o crime começar fora e terminar no Brasil ou de começar no Brasil e terminar fora. São esses os casos em que atua a Polícia Federal.



Em 100% das vezes está associado ao nosso tema, que é a Internet, que, por excelência, é onde ocorre essa transnacionalidade, porque envolve mais de um país.

Todas as vezes em que tenho a oportunidade de ser chamado para falar, tenho que esclarecer um assunto. Inclusive, gostaria de parabenizar por terem colocado o nome da audiência pública de abuso e exploração sexual de crianças, porque, em geral, as pessoas sempre falam o que é pedofilia. Na verdade, temos que esclarecer o que é pedofilia e o que é abuso e exploração sexual de crianças.

Eu até me surpreendi ao ver que colocaram o nome bem apropriado, que descreve exatamente o que ocorre, que é o abuso e a exploração sexual de crianças.

A pedofilia, na verdade, é um transtorno caracterizado pela atração sexual de forma compulsiva e obsessiva por crianças e adolescentes. Esse transtorno tem critérios médicos que servem para diagnosticar essa doença. Isso não quer dizer que a pessoa que recebe o diagnóstico de pedofilia seja um criminoso, porque o fato de você sentir atração por crianças não quer dizer que você vai cometer um crime. O mesmo ocorre com uma pessoa que recebe um diagnóstico de psicopatia. Ela necessariamente não vai matar alguém. Seria mais ou menos isso. A pessoa que recebe um diagnóstico de ser um pedófilo pode cometer crimes ou não, assim como qualquer outra pessoa.

Já a parte de pornografia infantil, que não é um termo muito adequado, consta na nossa lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto define o que é cena de pornografia infantil: atividade sexual explícita ou exibição de órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.

Também acontece, constantemente, de alguém colocar uma postagem dizendo: *“Sexo com crianças é bom”*. Isso não é crime, ou não é atribuição da Polícia Federal, se não existe atividade sexual explícita ou exibição de órgãos genitais, e gera uma confusão tremenda também. A pornografia infantil tem que ter uma dessas duas coisas, e é nisso que a Polícia Federal trabalha.

A seguir, mostrarei alguns números de operações que fizemos ao longo dos anos de 2014 para cá. Este ano superamos, em disparado, todos os números dos anos anteriores. Esses números são do início de outubro, já havíamos feito 83



operações e foram presas mais de 210 pessoas. Se eu fosse pegar o número de hoje, daria mais do que isso.

Aqui entramos no tema central da nossa audiência, que é o abuso e exploração de crianças pela Internet e o que está ligado a isso. Essa pesquisa chamada TIC Kids Online, que é um braço do Comitê Gestor da Internet, tem essa área de pesquisa do uso de tecnologia de informação. Todo o ano eles fazem essa pesquisa, que é muito interessante, e existem muitos dados que podem ser utilizados para fundamentar as políticas públicas.

Eu trouxe só dois dados que considero que dão uma dimensão do que estamos lidando. Temos o número de crianças, por faixa etária, que têm perfil próprio em rede social. Na faixa de 9 a 10 anos, 63% têm perfil próprio. Ou seja, uma criança de 9 anos de idade usa a rede social com perfil próprio. Há outros dados dessa pesquisa, por exemplo, informações sobre se elas são monitoradas pelos pais ou não, sobre como aprenderam a utilizar a Internet. Somando esses dados, vê-se um cenário que tem tudo para ser uma catástrofe.

Esta é a proporção de crianças que já se encontraram pessoalmente com alguém que conheceram exclusivamente pela Internet, alguém que conheceram apenas *on-line* e com quem acabaram se encontrando pessoalmente. Entre crianças de 11 a 12 anos são quase 10%. Então, numa turma de alunos com 40 crianças, 3 ou 4 delas já se encontraram pessoalmente com alguém que conheceram exclusivamente pela Internet. Enfim, há uma série de dados muito interessantes nessa pesquisa.

Como demonstrei antes, a Polícia Federal trabalha um pedaço pequeno desse problema, que é a pornografia infantil transnacional. O problema, na verdade, é muito maior do que isso, como o abuso sexual que não vai para a Internet; a produção ou venda ou distribuição de pornografia infantil que não ultrapassa as fronteiras do Brasil, que é atribuição da Polícia Civil; a prevenção, a pesquisa. Enfim, há uma série de medidas e políticas públicas que têm que ser tomadas de forma integrada para combater esse problema, e a Polícia Federal é só uma caixinha entre os órgãos que trabalham com isso. Temos aqui o Ministério Público Federal, o CONANDA, a Polícia Civil, a PRF, o serviço social.



Na experiência internacional, as melhores práticas internacionais nessa área têm demonstrado que o que funciona melhor é a integração dos órgãos. O problema é complexo, não vai ter uma solução simples. Com base em recomendações internacionais e no que vemos que funciona melhor lá fora, sem dúvida seria a criação de um órgão, de uma agência que integrasse os diferentes órgãos para elaborar políticas públicas, para trabalhar com pesquisa, prevenção, educação, repressão também, tratamento e coleta de dados, coleta de denúncias.

Essa central nacional não é uma ideia nova. Inclusive, eu resgatei uma notícia de 2011 que está na página eletrônica do Governo Federal: "*Centro quer unificar dados sobre exploração sexual infantojuvenil pela Internet*" e informa: "*que será lançado no mês que vem*". Isso foi em 2011, então estou esperando esse "*mês que vem*" chegar. Essa ideia surgiu em 2010, 2011. Como estou dizendo, não é uma ideia nova, em algum momento isso foi abraçado pelo Governo, mas infelizmente não andou para frente. Eu espero, com a ajuda dos Deputados da Câmara e dos demais colegas, que nós possamos avançar com essa ideia da criação desse Centro Nacional de Proteção Online à Criança e ao Adolescente.

Além disso, há os clássicos problemas. Temos o desafio da falta de estrutura. Apesar de existir uma lei que determina a criação de unidades especializadas em todas as polícias judiciárias para combater crimes cibernéticos, isso não saiu do papel. Na própria Polícia Federal, inclusive, o setor de enfrentamento à exploração sexual de crianças não existe. No Regimento Interno da Polícia Federal essa atribuição não existe. Então, isso não é tratado com a prioridade que deveria ter.

Marco civil. O marco civil está diretamente ligado às investigações, à necessidade de ordem judicial para obter os *logs* de IP, que são os registros de acesso aos *sites* ou das conexões. Simplesmente, para saber por onde vai começar uma investigação, às vezes demora 3, 4, 5, 6 meses, e esse tempo não é compatível com a urgência que esses casos requerem.

Como já ultrapassei o meu tempo, vou encerrando por aqui. Se eu colocar a Polícia Federal inteira para prender criminosos, não vai resolver o problema, porque o problema é muito complexo. Nós sempre temos colocado isso. É preciso pesquisa, educação, prevenção. É muito melhor evitar que uma criança seja abusada do que



ter que prender quem cometeu esse ato, jogá-lo na cadeia, onde ele não vai ser recuperado, e depois vai sair de lá e vai fazer a mesma coisa.

Essa discussão tem que ser feita de forma ampla. Eu acredito que a criação dessa central seria um ponto fundamental para estimular a pesquisa e o debate sobre políticas públicas que realmente sejam efetivas para combatermos esse problema.

Agradeço novamente o convite, Deputado, e estou à disposição para as perguntas, quando for o momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado, Dr. Pablo.

Gostaria de passar a palavra à Sra. Iolete Ribeiro da Silva, também por 10 minutos.

A SRA. IOLETE RIBEIRO DA SILVA - Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, cumprimento e parabenizo o Deputado Roberto Alves por propor o debate dessa temática tão relevante para o nosso País, para as nossas crianças e adolescentes.

Eu sou psicóloga e conselheira do CONANDA, representando o Conselho Federal de Psicologia. Início a minha fala destacando que a violência sexual que acontece e que está na sociedade só está aí porque de alguma forma há uma permissão para que isso aconteça. Por que faço essa afirmação? Porque o Governo, o Estado brasileiro não tem tomado medidas necessárias para o efetivo enfrentamento desse problema, especialmente para garantir que crianças não sejam vítimas de violência sexual, algo que vai marcar e afetar a vida delas como um todo. Então, é um pouco a partir dessa ideia que eu vou me colocar aqui.

Inicialmente, eu gostaria de parabenizar o Pablo pelo que colocou em relação à terminologia: por que não usar o termo “pedofilia”? Isso é extremamente importante e não é só uma questão de nome, porque quando caracterizamos um fenômeno social como se fosse uma doença, estamos responsabilizando somente indivíduos. Na realidade, toda a sociedade é responsável, toda a sociedade deve estar engajada na produção de uma infância protegida, na construção e oferta de um ambiente que favoreça o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes.



Nós precisamos de uma agenda afirmativa, de uma agenda que de fato enfoque a criança como um sujeito de direitos. Desde o ano 2000 dispomos de toda a produção de uma legislação que fala sobre o enfrentamento da violência e da exploração sexual, especialmente com a aprovação do primeiro plano nacional voltado para essa questão. Mas o foco tem sido, desde então, a criança vítima: só se olha para essa criança depois que ela já sofreu a violência.

Os esforços têm sido especialmente no campo da responsabilização, mas com resultados parciais, com investimento parcial nisso, muito pouco no atendimento e quase nenhum na prevenção. Aí acabamos não cumprindo a nossa responsabilidade constitucional de entender que crianças e adolescentes são prioridades absolutas.

É muito importante essa priorização das ações preventivas. No ano de 2017, em abril, foi aprovada a Lei nº 13.431, que cria um sistema de garantia de direitos a crianças vítimas de violência. Essa lei, apesar de ter como foco e finalidade a não revitimização da criança vítima de violência, acabou cometendo o mesmo erro dos documentos que temos até o momento sobre esse tema, que é somente olhar para a criança vítima. Apesar de, no seu art. 4º, ela definir vários tipos de violência e inclusive contemplar a questão do abuso e da exploração na Internet, isso só consta na caracterização das violências. Não há nenhum procedimento, nenhuma intervenção pensada, de fato, para esse tipo de violência. Além do mais, nenhuma ação é pensada para a prevenção da violência.

É especialmente importante este segundo item: oferta de acesso a conhecimentos que favoreçam a autoproteção. Nós temos que entender, como consta no último eslaide que o Pablo colocou, que a educação sexual favorece a autoproteção. Se eu entendo que uma violência sexual acontece num momento em que uma criança ou um adolescente estão sozinhos, sem alguém responsável pela sua proteção, então, ao longo do seu processo de desenvolvimento eles precisam desenvolver habilidades e conhecimentos que os ajudem a se proteger.

Dessa forma, a educação que direcionamos para crianças e adolescentes deve ser emancipatória. Ela deve fornecer conhecimentos para que eles possam analisar a situação e saber que devem buscar ajuda, vinculando-se a pessoas com quem tenham relação de confiança, especialmente os seus educadores, cuidadores



e familiares. Mas crianças e adolescentes só vão fazer isso se tiverem condição de reconhecer que a violência é violência.

A violência sexual é extremamente complexa exatamente porque nem sempre a pessoa identifica de cara que ela é uma violência. Tratando-se de criança e adolescente, isso é mais grave ainda, uma vez que eles são sujeitos em desenvolvimento e que ainda não têm uma autonomia completa, um conhecimento que os fundamente, que os direcione exatamente para uma análise completa de toda a complexidade daquela situação. Por isso são muito importantes a promoção e a garantia dos direitos sexuais.

Quando falamos que crianças e adolescentes têm direitos sexuais, geralmente isso gera muita confusão, porque não se entende o que são os direitos sexuais. Ao utilizarmos essa expressão, e isso já está consolidado em todo o marco legal internacional e na legislação nacional, estamos falando que todos os seres humanos têm sexualidade ao longo da vida e que ela se desenvolve ao longo da vida. E se a criança está em desenvolvimento, também é preciso oferecer um ambiente seguro para que, na infância e na adolescência, ela tenha a possibilidade de se desenvolver de forma protegida e com o acompanhamento que deve receber.

Então, as informações que uma criança deve receber devem respeitar a sua idade e o seu nível de desenvolvimento e devem ajudá-la a aprimorar essa autonomia gradativamente no percurso do seu crescimento. Estamos falando de uma educação que vai ajudá-la a compreender a sua identidade, a compreender quem ela é, a se respeitar e respeitar o outro, a entender os limites das suas ações, a saber fazer escolhas, a saber dizer “não”. Então, isso faz parte de todo o conjunto da formação de uma criança e de um adolescente.

É muito importante também que essa discussão toda se articule com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que está organizado em seis eixos estratégicos, sendo a articulação um deles. Infelizmente o governo brasileiro nos últimos anos não tem dado a atenção devida, não tem investido recursos suficientes para a organização dos serviços. O Disque 100, por exemplo, que é uma ferramenta importante de denúncia, de manifestação da não concordância da sociedade com a violência e de tomada de providência para a proteção das crianças, tem sido gradativamente desmantelado. A sua equipe tem



sido reduzida, e isso significa que vai ser cada vez mais difícil registrar uma denúncia.

Também precisamos de investimento para além da denúncia, porque não basta denunciar. Se nós pensamos na criança e no adolescente, a partir do momento em que eles sofrem violência e essa violência é denunciada, eles não podem ser abandonados, eles têm que receber atendimento, ser acompanhados, ser acolhidos. Então, os serviços devem estar preparados para isso.

Podemos dizer que hoje a rede de serviços ainda não está adequadamente articulada. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social — CREAS, os serviços de saúde, os serviços de educação fazem as suas atividades. Mas nem sempre há uma integração, uma articulação apropriada para que a criança seja acompanhada ao longo do tempo, com a garantia de que, após a denúncia, a violência vai cessar e a criança vai ser acolhida no seu sofrimento e vai poder reestruturar seu projeto de vida após esse lamentável episódio que é ter sido exposta à violência sexual.

Além disso, tem havido um investimento muito restrito no campo da responsabilização, especialmente no que chamamos de depoimento especial. Ele é utilizado para garantir que a criança seja escutada e se produza prova no processo, mas infelizmente isso tem sido feito de forma isolada. Não dá para pensar na questão do enfrentamento à violência e à exploração sexual sem pensar na criança como um todo e nas consequências que todo o atendimento que se volta para criança tem para vida e para o futuro dela, especialmente quando consideramos que esses casos de exploração sexual envolvem pessoas próximas da criança.

Em situações envolvendo a Internet o perfil é outro. Aí temos que entender também a responsabilidade da família e o quanto ela precisa ser preparada para compreender o funcionamento da Internet e como ela pode monitorar e acompanhar essa criança ao longo do tempo. Como a criança tem uma autonomia relativa, ela precisa de supervisão, de orientação, de acompanhamento, só que muitas vezes a criança compreende muito mais as tecnologias do que os seus pais. Então, os pais necessitam de orientação, de formação, de modo que eles possam estar preparados para fazer esse acompanhamento.



Em relação à prevenção, quero só marcar bem que são ações de sensibilização que vão mostrar que algo é violência e não pode ser permitido. E devem ser desenvolvidas ações de autoproteção e de autodefesa a partir desse acesso a informações qualificadas, porque as crianças e os adolescentes têm acesso a um número muito grande de informações, em todos os lugares, o tempo inteiro, e os seus pais muitas vezes não têm noção de que informações são essas. Por isso é tão importante que as instituições, como a escola, a própria família e as instituições de saúde, possam se comprometer com esse acesso a informações qualificadas e apropriadas ao nível de desenvolvimento das crianças.

Eu já comentei que, no âmbito da responsabilização, há serviços sendo estruturados, mas eles não deveriam estar no primeiro plano. O primeiro plano deveria ser evitar que a criança seja vítima e, caso ela seja vítima, haver toda uma rede de serviços que de fato a acolham e a acompanhem ao longo do tempo.

Além do Plano Nacional, eu gostaria de destacar, finalizando a minha fala, o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Ele tem objetivos estratégicos voltados para essa questão e merece de fato ser tomado como uma diretriz para as políticas públicas, para a elaboração de novas legislações e para o investimento do Orçamento público, a fim de que de fato se torne uma realidade e deixe de ser só mais uma norma num papel. A construção desse Plano envolveu uma discussão no País inteiro com crianças e adolescentes, suas famílias e inclusive os conselhos de defesa de direitos, e ele deve ser levado a sério pelo Governo brasileiro.

Como o meu tempo já se encerrou, eu vou ficar por aqui, mas me coloco também à disposição para dialogar no momento oportuno.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço.

Passo a palavra à Sra. Jaqueline Ana Buffon.

A senhora também tem 10 minutos. Fique à vontade para ficar de pé se quiser.

A SRA. JAQUELINE ANA BUFFON - Bom dia.



Eu cumprimento o Exmo. Sr. Deputado Roberto Alves, na pessoa de quem cumprimento a todos da Mesa e a todos os que estão aqui — os demais palestrantes, com quem nós vamos dialogar, e toda a comunidade aqui presente.

Eu vou pedir licença para ficar em pé, que é como eu me sinto mais à vontade para falar.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou focar mais a questão da Internet por conta de o nosso tema ser o abuso sexual na Internet, o uso da Internet para essa atividade.

Nós temos no Ministério Público Federal a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, que é a câmara criminal, onde há um grupo de trabalho sobre criminalidade cibernética. O nosso objetivo com ele é trabalhar numa política institucional de capacitação, de atuação, junto com os membros todos, com todos os procuradores da República do País, dando a eles um suporte. Isso porque investigações na Internet são mais complexas, como o Dr. Pablo falou antes. Há também necessidade de outros conhecimentos em relação à investigação que o procurador precisa ter para que possa fazer um bom trabalho na ação penal, além da atuação.

Existem núcleos especializados em alguns Estados. Há em São Paulo um excelente núcleo que atua desde 2003. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul iniciamos agora.

Eu vou falar disso bem rapidamente porque eu tenho pouco tempo. As atividades do grupo são basicamente de treinamento, de acompanhamento, de suporte aos procuradores e de treinamento até dos próprios membros e também de outros entes que temos trazido para uma discussão geral. Por exemplo, estamos organizando cursos com a magistratura, com a Polícia Federal, com o Ministério Público, todos juntos, para que possamos nos qualificar. Participamos de aperfeiçoamento aqui e no exterior, por conta dessa necessidade de acompanhar o avanço tecnológico na questão.

Mudou o foco. Nós estamos com muitas relações na Internet, que é utilizada não só por nós, mas também pelos nossos alvos, o nosso abusador. Nós estamos preparados para isso? Como é que nós estamos em relação a isso? Com relação à evolução do armazenamento, nós estamos já no mundo da nuvem. Como se faz esse trabalho? A Polícia Federal, que está aqui, brilhantemente faz um trabalho de



investigação, mas é importante que sempre tenhamos consciência da rapidez que precisamos trabalhar nesse tipo de crime.

Nós temos dificuldades na investigação na Internet. Essa questão é uma matéria técnica, que exige conhecimentos específicos, e todos os operadores do Direito precisam ter conhecimento, porque não adianta a polícia fazer um excelente trabalho se o Ministério Público também não tiver um conhecimento desse trabalho, tanto na investigação quanto no processamento, na ação penal. E o julgador também precisa conhecer como funciona a tecnologia, para que ele possa dar uma boa decisão. É fundamental que todos os entes, juntos, façam esse trabalho intenso de acompanhamento da tecnologia e do desenvolvimento de seus novos conhecimentos.

Pela Internet, esse é um crime sem fronteiras. Como já foi falado aqui, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal atuam nessas competências da Justiça Federal porque esse é um crime sem fronteiras. Ele não é produzido num local específico. Diferentemente do abuso, em que há um local físico determinado, o crime de compartilhamento se dá em qualquer local.

Há também obstáculos técnicos na busca da prova. Eu não vou entrar nesse ponto. Eu vou passar mais rápido porque eu já gastei metade do tempo. Existe o grande uso da *deep web*, que é a Internet profunda. Eu vou passar essas telas porque vai demorar demais. Diante dessas questões, das dificuldades de fazer as investigações como eram feitas anteriormente, nós tivemos que fazer outras que não existiam ainda, como na Internet profunda. A Polícia Federal, no Rio Grande do Sul, criou uma ferramenta que foi utilizada na primeira operação no Brasil em Internet profunda, com a qual descobrimos usuários do Brasil e do mundo todo.

Essa operação teve duas fases, com mais de 100 alvos na primeira fase e mais de 70 na segunda fase. Obviamente que, como nunca havia acontecido uma operação na *deep web*, os alvos se sentiam muito protegidos pelo anonimato. Eu pulei a parte técnica, por conta do tempo, em que eu iria explicar como funciona a *deep web* e a dificuldade de se descobrir quem usa o IP. Por isso houve a necessidade de criação de uma nova tecnologia. O Ministério Público trabalha no arcabouço jurídico para aportar essa ferramenta tecnológica criada pela Polícia Federal.



A Operação Darknet teve uma repercussão internacional.

Eu venho colocar a questão da Convenção de Budapeste. O Conselho da Europa já a assinou em 2001. Ela está aberta aos demais países e inúmeros já a assinaram.

Na semana passada eu estive em um evento do Conselho da Europa e da Organização dos Estados Americanos — OEA, em que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal estavam representados, assim como todos os países da América Latina e do Caribe. O Brasil não ratificou, até o presente momento, essa Convenção, mas é muito importante que o faça, por conta da uniformidade de harmonia legislativa que é necessária nesse tipo de crime, porque é um crime sem fronteiras. Então, todos os países precisam ter uma harmonia legislativa.

Existe o Marco Civil da Internet, como antes já foi falado também, que é muito importante, porque traz a questão de que as empresas que estão atuando no Brasil devem prestar essas informações diretamente a um magistrado, sem uma cooperação internacional.

São feitos trabalhos de prevenção, além dessas investigações e do trabalho de acompanhamento e processamento.

Mas antes de falar sobre a prevenção, vou dar um exemplo do Rio Grande do Sul, onde há um projeto piloto da Justiça Federal. Com a participação do Ministério Público, a Justiça Federal criou um crime piloto em Justiça restaurativa com condenados em pornografia infantil. O que é isso? Seis condenados já estavam em execução penal e continuaram com todas as penas restritivas de direito que já existiam. Nós fizemos uma audiência admonitória com eles para ver se eles aceitavam, porque eles já estavam com a condenação em execução, e nós estamos fazendo círculos de paz com eles.

Tanto nós procuradores como os juízes da execução e os servidores tivemos uma formação. Duas psicólogas contratadas pela Polícia Federal fazem encontros com eles quinzenalmente para eles se darem conta da necessidade de tratamento. Com isso, busca-se evitar reiteração futura quando isso acabar, até porque eles não estão presos, e que eles tenham consciência do dano que eles causam às crianças. Se eles compartilham uma imagem ou um vídeo, eles estão também causando um



abuso, porque alguém é abusado para isso existir. Esse comércio também é incentivado por isso.

As Oficinas *Segurança, ética e cidadania na Internet* são uma questão de prevenção com professores e são feitas em todo o País.

Aqui está o Dr. Thiago, que é o Presidente da Safernet, um dos nossos grandes parceiros que nos fornecem as cartilhas que são apresentadas aos professores. O Rodrigo é o psicólogo da Safernet que faz esse trabalho junto conosco, que é maravilhoso.

Esses professores se tornam multiplicadores. Essas oficinas já aconteceram em todos os Estados, e agora vai-se iniciar um novo ciclo.

No Rio Grande do Sul ocorrem alguns trabalhos diferentes, além desse que já está sendo feito em todos os Estados. O Rio Grande do Sul tem um projeto na rua — também com parceria da Safernet e do Comitê Gestor da Internet — CGI, aos quais eu agradeço publicamente, porque sem eles não existiria esse trabalho —, que é o *Segur@nça Digital: O MPF vai até você*, o qual eu coordeno.

Conforme eu vou mostrar nas fotos, nós vamos para a rua, em um dia de parque, com as cartilhas da CGI e da Safernet e conversamos com as pessoas que estão no parque com as famílias, tomando chimarrão, caminhando, andando de bicicleta. Lá estamos nós, no domingo, conversando e entregando as cartilhas. As pessoas realmente se envolvem. É de prevenção e educação que precisamos.

Nós fizemos uma feira da criatividade no ano passado, que também é resultado de um trabalho da Oficina com a Safernet, com a qual fomos premiados em primeiro lugar no Prêmio República. Nós fizemos um cineminha *on-line*, usando os filmes da Safernet, que foi assistido por crianças de um contraturno de escolas municipais de Porto Alegre. O Projeto AABB Comunidade teve o envolvimento de todos os entes — sociedade civil, Ministério Público, escolas — num trabalho de prevenção. Passávamos os filmes em uma feira em que as crianças mostravam a sua produção depois do conhecimento produzido em sala de aula.

Houve treinamento com os professores e o conhecimento foi multiplicado. Os alunos, na feira, mostravam a sua produção aos seus colegas e amigos, ou seja, mostravam a reprodução do conhecimento da criança e do adolescente para o adolescente, do igual para o igual. Esse foi o diferencial desse trabalho.



Vejam, por exemplo, uma criação deles: *“Manda nude, vai! Eu não mostro pra ninguém”*. Eles criaram uma historinha de uma menina e um menino adolescente se mandando mensagens. Depois, no final, quando ele manda essa grande mensagem, você diz o que está acontecendo.

O adulto passava na feira com o seu filho ou sua filha, que criava o final da história. Aqui está toda a historinha que eles mesmos criaram, mostrando a consciência de não expor o seu corpo, para que não se tornem vítimas.

Já estou finalizando a minha fala.

Há outro projeto de prevenção se iniciando agora: *Mundo digital: dialogando sobre o uso ético, seguro e responsável*. Esse é um trabalho que se iniciou agora e vai ser finalizado em abril e que conta com 36 Municípios. Também é um projeto piloto no Rio Grande do Sul. No final, vamos fazer sua mostra na praça das cidades. Cada cidade vai mostrar o que lhe representa em termos de prevenção digital em questões relacionadas ao tema.

Eu já acabei e estou à disposição para as perguntas. Quero só falar da importância da questão de educação digital no currículo das universidades e das escolas. Nas escolas, para que faça parte de um currículo escolar e, nas universidades, para formarmos os novos operadores do Direito. Todos precisam ter um conhecimento jurídico dessas novas tecnologias e das novas legislações nessa área.

Muito obrigada. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu que agradeço.

Passo a palavra ao Sr. Joel Gomes Moreira, por 10 minutos.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO - Bom dia a todas e todos! Cumprimento a Mesa Diretora dos trabalhos na pessoa do Deputado Roberto Alves, Vice-Presidente da Comissão, a quem eu agradeço, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, o convite para participarmos desta audiência pública. E fico muito feliz de participar desta audiência pública, porque geralmente audiências públicas debatem algum tema ou ensejam a aprovação de um novo marco legal, uma modificação legislativa no sentido de tornarmos mais eficazes as normas jurídicas do nosso País.



Fico um pouco constrangido de falar depois das pessoas que me antecederam, porque elas têm uma experiência grande e efetiva com o dia a dia no combate à questão que hoje assola a nossa sociedade, que é o abuso contra a criança, que foi potencializado pela Internet.

A Internet comercialmente tem mais ou menos o tempo da nossa Constituição. Nos últimos 30 anos, a Internet deu um salto e potencializou coisas boas, como, por exemplo, a entrega de produtos e serviços e a disponibilização de informações. Mas ela também traz problemas que afligem a nossa sociedade moderna, e este é um dos gravíssimos problemas que nós temos.

Nós precisamos analisar essa questão levando em consideração que a minha geração é imigrante na Internet. Nós não nascemos na era da Internet, nós temos dificuldade com a tecnologia. Muitos da minha geração saíram da sua profissão porque não conseguiram se adaptar a esse mundo novo.

E as crianças? Elas são nativas nesse mundo. Quando elas nascem, parece que o dedo delas já desliza. Elas já têm uma facilidade extraordinária. Às vezes, o filho faz na Internet, no computador, uma coisa que os pais não conseguem fazer. Com isso, as crianças estão também muito mais expostas a essa nova ferramenta, porque são seres vulneráveis, em formação, que ainda não têm maldade. As crianças não sabem que do outro lado quem está não é necessariamente um amiguinho, não é uma pessoa que quer fazer o bem, não é um treinador de futebol que está atrás de novos valores, não é um alguém de uma agência de modelos que quer lançar novos talentos. Na verdade, às vezes, quem está ali está interessado em abusar sexualmente dessas crianças; é um pedófilo. E as nossas crianças estão realmente expostas.

Esta audiência pública é uma grande oportunidade, Deputado. Nós vemos, no art. 227 da Constituição, a prioridade absoluta à criança, mas não conseguimos enxergar uma prioridade absoluta em recursos. Nós não conseguimos ver rubrica, nós não conseguimos ver orçamento e nós não conseguimos ver políticas públicas.

Na verdade, vivemos apagando incêndios. De tudo o que estamos falando, estamos enfocando a ação efetiva, que é pequena. A indústria da pornografia infantil, da pedofilia na Internet, é maior do que a indústria de armas. Nós estamos



falando de milhões, bilhões de pessoas, cada uma agindo em um lugar, de forma conectada ou desconectada, por interesse próprio ou comercial.

E nós? Estamos sem orçamento, sem política pública organizada, sem efetividade nas nossas ações. Aí o Dr. Pablo diz: *“Olhe, eu estou aqui esperando, no mês que vem, de onde vai surgir essa central”*.

Nós somos da Ordem dos Advogados do Brasil, temos o papel de regular uma profissão e de cuidar da parte ética dessa profissão. Mas também somos parte do Brasil. Estivemos aliados ao País nas maiores demandas e nos principais interesses da nossa sociedade, como no combate à ditadura e como tem sido em defesa da sociedade.

É em função dessa defesa da sociedade que eu me sinto no papel de pedir a V.Exa. que nos ajude realmente a combater essas práticas, protegendo nossas crianças. Mas isso é feito de forma ordenada, com alocação de recursos, o que inclui a prevenção — e muito!

Nós temos discutido, às vezes de forma um pouco mais efetiva, por exemplo, questões ligadas à criança e ao adolescente na esfera do direito consumerista. Na hora em que trabalhamos inibindo a publicidade infantil, nós estamos vendo resultado. Na hora em que falamos, por exemplo, de uma audiência de custódia para crianças infratoras, nós estamos vendo alguma evolução.

Só que, nessa área da prevenção ao abuso e à exploração sexual da criança, sinceramente, o que eu estou vendo são essas práticas se potencializarem cada vez mais. E nós não estamos tendo a capacidade, como sociedade, de acompanhar o que está acontecendo. Infelizmente a mazela se potencializou. E é uma mazela muito própria.

Quando os Estados Unidos quiseram invadir o Iraque, a figura que eles usaram foi a de um hospital infantil sendo invadido por uma milícia, que abusava sexualmente das crianças que estavam nesse hospital e as matava. A figura da criança é muito forte.

Mas vamos falar sério: nós, como sociedade, não temos prioridade absoluta nenhuma. Qual é o orçamento para as políticas que tratam da criança? Qual é o orçamento para a proteção à criança em todos os níveis de Governo? É uma brincadeira!



Então, eu acho muito importante esse debate que estamos fazendo, principalmente nesse meio novo. Eu estava vendo um dado aqui. Parece que no ano passado foram compartilhadas mais de 130 bilhões de imagens no mundo. Não eram ligadas exatamente ao abuso sexual, mas foram 130 bilhões de imagens. Se considerarmos os 175 anos de fotografia, vamos ver que, nos outros 165 anos, esse número não chegou a 1 bilhão. Nós estamos falando de uma ferramenta que realmente potencializa a ocorrência das coisas.

Eu fico muito feliz de poder aprender um pouco com quem faz esse combate no dia a dia, mas me sinto no dever de chamar a atenção para a necessidade de enfrentarmos essa questão de outra forma, porque a forma como estamos fazendo é mínima. Se nós prendemos um indivíduo, há mais um milhão de indivíduos atuando. A nossa sociedade está doente. Como vamos trabalhar com essa doença?

Deputado, eu digo que a minha Comissão é a mais importante da Ordem dos Advogados, e algumas pessoas riem de mim: *“Como a Comissão da Criança e do Adolescente é a mais importante?”*. Ela é mais importante do que a do Direito Constitucional, do que a do Direito Penal, do que a do acompanhamento legislativo, porque nós temos que tratar de construir uma nova sociedade, e essa nova sociedade terá que ser construída através das crianças. E isso não vai ser feito através do tratamento que nós, da área pública, da área privada e até nós pais — que hoje damos um *tablet* para o filho e lhe dizemos: *“Vai mexendo aí enquanto você me dá um sossego”* — temos dado às nossas crianças. Temos que fazer uma profunda reflexão a esse respeito.

É preciso encarar esse problema de frente, pois ele vem deteriorando cada vez mais os nossos valores. Não falo apenas do abuso e da exploração sexual infantil, mas de famílias que vão para um restaurante — o pai, a mãe e quatro filhos, por exemplo, ou o pai, a mãe, o filho e a filha — e todos ficam usando o telefone celular.

Então, essa reflexão é mais que legal; é uma reflexão filosófica. É uma reflexão acerca de princípios que nós temos que começar a seguir. E temos que refletir sobre o seguinte: onde estamos e onde queremos chegar? Qual é a sociedade que nós queremos ter?



A imagem que as pessoas tinham do Brasil era da mulata, do samba, da escola de samba e do carnaval, mas hoje estamos ficando com a imagem da exploração sexual infantil, com a imagem de milhares de pontos de prostituição infantil nas estradas, que é o que nós vemos no Norte. Nós estamos vendo o tráfico de crianças, a venda de crianças para serem exploradas sexualmente, com a conivência dos pais.

E sabem como é que nós mudamos isso? Encarando isso de frente. Encarando este triste quadro com o qual nos deparamos hoje. E nós, enquanto sociedade, temos que encarar que a culpa é minha, é sua, é de todos. A culpa disso é da sociedade. Mas podemos combater isso, Deputado — e dirijo esta fala especialmente a V.Exa., que se mostrou sensível a este tema na medida em que convocou esta audiência pública —, revendo os nossos posicionamentos com relação ao Orçamento. Nós precisamos de orçamento para o Ministério Público, para a Polícia, para a escola, mas isso tudo organizado de tal forma que tenhamos resultados. Senão, nós vamos continuar enxugando gelo.

Quero agradecer muito o convite, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, porque geralmente não somos chamados para esse tipo de tema, embora queiramos participar efetivamente, aprender um pouco e ajudar, talvez, contribuindo com esta massa de mais de 1 milhão de advogados que temos no Brasil. Talvez pelo menos discutindo e disseminando o assunto já ajudemos de alguma forma.

Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu quero agradecer ao Sr. Pablo, à Sra. Iolete, à Sra. Jaqueline Ana e ao Sr. Joel.

É como o senhor disse, Dr. Joel. Eu vejo que vocês têm uma arma poderosa nas mãos, mas infelizmente vocês não têm a munição, que é o orçamento, para que possam combater mais ainda a criminalidade. Meu muito obrigado a V.Sa.

Vamos desfazer esta Mesa agora. Se vocês quiserem tomar uma água ou um cafezinho, fiquem à vontade. *(Pausa.)*

Gostaria de convidar, agora, para fazer parte desta Mesa: a Sra. Flávia Alves de Oliveira Mundim, da Polícia Rodoviária Federal; a Sra. Ana Cristina Melo Santiago, Delegada-Chefe da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Distrito Federal; a Sra. Alessandra Inês Silva Areias, psicóloga



clínica; o Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, representante da ONG SaferNet do Brasil; o Sr. Renato Junqueira, Presidente da Fundação Republicana Brasileira — FRB.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, por 10 minutos. Se precisar de mais tempo, fique à vontade.

O SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo, em nome de todos os companheiros da Mesa, mas sobretudo quero saudar V.Exa. pela iniciativa de convocar esta audiência pública.

Começo a minha intervenção a partir das palavras de V.Exa., quando resume a Mesa anterior ecoando as falas de todos os expositores — tanto do representante da OAB quanto do representante da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do CONANDA — no sentido de que a lei mais importante que precisa ser aprovada nesta Casa e que tem efetivamente condições de fazer diferença nesta causa é a Lei Orçamentária.

A falta de estrutura é algo crônico que se arrasta há décadas no Brasil, e nós certamente poderíamos ter outra realidade no que diz respeito ao cumprimento do mandato constitucional. O art. 227, que estabelece a prioridade absoluta para os direitos das crianças e dos adolescentes, precisa ser materializado e traduzido em políticas públicas. Políticas públicas precisam de recursos. E os recursos são alocados e votados na Lei Orçamentária, por esta Casa.

É uma pena que a lei tenha sido votada ontem — e o Congresso votou essa lei ontem — e esta audiência esteja acontecendo hoje. Talvez, se esta reunião tivesse acontecido há algumas semanas, esta discussão pudesse ter se refletido na lei que foi votada ontem. Mas eu não tenho dúvidas de que, com a determinação de Parlamentares como V.Exa., isso pode ser mudado no futuro.

Eu trouxe uma apresentação e, se V.Exa. me permitir, pediria para falar de pé, para poder visualizar os eslaides.

É uma apresentação longa. Eu não vou detalhar todos os eslaides, mas deixarei a apresentação como contribuição para os trabalhos desta Comissão.

Eu trago algumas premissas para este debate.

(Segue-se exibição de imagens.)



A primeira delas tem a ver com uma premissa da Sociologia. Eu cito o sociólogo Durkheim para lembrar que “*onde houver sociedade, haverá crime*”.

Por que existem crimes e violações a direitos humanos, sobretudo crimes contra crianças e adolescentes, praticados na Internet? Porque a Internet, muito antes de ser uma rede de computadores, é uma rede de pessoas, é uma rede de pessoas conectadas, é um espaço de socialização por excelência. E, como todo espaço de socialização, a Internet também pode ser um espaço onde há crimes.

A segunda premissa é a do Vint Cerf, que é o pai da Internet mundial, o cientista que inventou o Protocolo TCP/IP, que faz com que as máquinas conversem entre si e estabeleçam uma conexão. Ele dizia que a Internet é o reflexo da nossa sociedade e que este espelho, portanto, vai refletir o que vemos. E se nós não gostamos do que vemos nesse espelho, o problema não é consertar o espelho, mas consertar a sociedade. Então, a Internet vai refletir exatamente os problemas, as assimetrias e as desigualdades que nós temos na sociedade brasileira, que é uma sociedade profundamente marcada pela violência.

Esse gráfico ilustra muito bem o tamanho do desafio que nós temos: 59 mil homicídios por ano no País. Esse é um índice que perdura por muitos anos e é equivalente ao número total de homicídios em todos aqueles países em azul ali.

Nós sabemos que esse problema não começou com a Internet, não começou com a tecnologia. Nós sabemos que existem problemas estruturais muito graves, como, por exemplo, o fato de, há anos, há décadas, celulares continuarem entrando nos presídios. E eu fico me perguntando por que nós não conseguimos ainda impedir que celulares entrem nos presídios.

Eu trago esta imagem porque, muito antes de os aplicativos existirem, os celulares já eram utilizados para ordenar a prática de crimes. Presidiários ordenavam crimes, coordenavam organizações criminosas de dentro da cadeia. Hoje fazem isso por aplicativos, mas antes faziam por SMS, faziam pelas próprias ligações analógicas de celular.

E aqui apenas um lembrete: o Senado aprovou na semana passada um projeto que atribui ao poder público a responsabilidade de bloquear os celulares em presídios. Digo isso apenas para lembrar que muitas vezes soluções que são óbvias



acabam não sendo implementadas, seja por uma questão orçamentária, seja por outras prioridades.

Há uma terceira premissa, mais antiga ainda — é do século XVIII, do Marquês de Beccaria: *“É melhor prevenir os crimes do que ter que puni-los. E o meio mais seguro, mas ao mesmo tempo mais difícil de tornar os homens menos inclinados a praticar o mal é aperfeiçoar a educação”*.

Lembrando Beccaria, eu faço uma homenagem especial ao trabalho feito pela Dra. Jaqueline no Rio Grande do Sul, porque o trabalho que ela faz e que acaba de demonstrar está exatamente alinhado a este que é o nosso maior desafio: prevenir que esses crimes aconteçam.

Eu não tenho dúvida de que iniciativas como a da Dra. Jaqueline, do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, poderiam ter um impulso e ser aceleradas e multiplicadas se houvesse mais estrutura e orçamento destinado à implementação de políticas públicas com foco na educação e na prevenção dos crimes cibernéticos.

Há 12 anos eu decidi fundar uma organização não governamental, a SaferNet Brasil, sem qualquer tipo de finalidade lucrativa nem econômica e nenhum tipo de vinculação político-partidária — nós não recebemos recursos públicos de nenhuma natureza. Ela trabalha há 12 anos no Brasil defendendo direitos humanos e as liberdades na rede.

Nós entendemos que a educação é um elemento-chave e fundamental para que os usuários possam navegar com segurança, navegar com liberdade e, sobretudo, fazer boas escolhas *on-line*.

Portanto, nossa proposta é educar para uma navegação livre e segura e conscientizar os usuários para que façam boas escolhas.

No plano institucional, a SaferNet faz parte de três redes internacionais. Uma delas é a INHOPE, uma rede que reúne 51 canais de denúncias em 48 países; a outra é a rede Insafe, que reúne mais de 70 iniciativas com foco em educação e prevenção; e a terceira é o Child Helpline International, que é uma associação internacional hoje com mais de 80 organizações não governamentais, em mais de 70 países, que cuidam de canais de linhas de ajuda e orientação psicológica.



Esse é o formulário do canal de denúncias que nós lançamos em janeiro de 2006 e que funciona ininterruptamente até hoje, recebendo denúncias anônimas da população em relação a páginas que contenham indícios de qualquer um daqueles crimes, incluindo páginas com conteúdo de exploração sexual de pornografia infantil.

Aí estão alguns números relativos a um período de 9 anos.

Hoje já são mais de 600 mil páginas e quase 4 milhões de denúncias. Há uma necessidade de cooperação internacional, porque esse conteúdo está hospedado em mais de 96 países diferentes. Os dados detalhados a respeito disso são públicos e podem ser acessados por qualquer pessoa através deste endereço: <http://denuncie.org.br/indicadores>.

Aqui, um lembrete: esse trabalho é feito em parceria com as autoridades brasileiras.

Essa é uma foto do termo de mútua cooperação que nós assinamos com a Procuradoria-Geral da República em fevereiro deste ano, ampliando nacionalmente uma parceria que nós temos com o Ministério Público Federal desde a fundação da instituição, em 2006.

Aqui estão os números de que o Dr. Pablo falava.

Mesmo com toda essa falta de estrutura, falta de investimento, falta de pessoal, enfim, falta de condições ideais — ou mínimas, eu diria — de trabalho, a Polícia Federal tem conseguido apresentar resultados e números impressionantes.

Essa é a evolução do número de prisões feitas pela Polícia Federal no Brasil nos últimos anos, com uma correção: o dado mais atualizado, trazido pelo Dr. Pablo, informa que em 2017 210 prisões feitas no Brasil. Portanto, a Polícia Federal já prendeu mais de mil agressores sexuais que utilizaram a Internet para divulgar imagens de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Aqui é um exemplo concreto de como as denúncias anônimas podem efetivamente subsidiar investigações e gerar resultados concretos.

Essa foi uma investigação iniciada em 2008 pela Polícia Federal, a partir de denúncias anônimas feitas no canal da SaferNet, e que resultou na Operação Turko. Foram 643 perfis investigados e 130 mandados de busca e apreensão cumpridos por 450 policiais federais em 21 Estados e no Distrito Federal. Mais de 30



agressores sexuais foram presos a partir das denúncias anônimas feitas pela população.

Aqui estão alguns números sobre outro serviço que nós oferecemos, que é o serviço de orientação e escuta especializada, voltado para crianças e adolescentes, pais e educadores. Esse serviço é operado por psicólogos, é gratuito — todos os serviços que nós prestamos são gratuitos — e funciona numa sala de *chat*, todos os dias, das 14 horas às 18 horas. Qualquer criança ou adolescente que esteja vivenciando alguma situação de risco ou de perigo na rede pode acessar o endereço www.canaldeajuda.org.br e buscar orientação sobre o que fazer.

Aqui os indicadores mostram que os casos mais comuns envolvem intimidação, discriminação, ofensa, exposição da intimidade, que são os vazamentos de *nudes*, problemas com dados pessoais, conteúdos de ódio e assim por diante.

Esse é outro dado mais detalhado sobre o número de casos concretos no ano de 2016 envolvendo esses temas. Os atendimentos envolvendo *cyberbullying* representam mais de 300 casos concretos. Em segundo lugar, está a exposição da intimidade, com o vazamento de *nudes*. Mais de 300 vítimas acessaram o canal buscando orientação sobre o que fazer diante de um vazamento de imagens íntimas. Aqui, vale ressaltar que há uma questão de gênero importante, porque 81% dessas vítimas são mulheres, meninas, adolescentes. Então há um recorte de gênero importante que precisa ser levado em consideração quando da formulação de políticas públicas.

Aqui estão alguns números dos trabalhos que nós fazemos de educação nas escolas em todo o País, incluindo esse ciclo de oficinas, que nós temos muito orgulho de realizar em parceria com o Ministério Público Federal. Esse é um projeto que está concluindo o seu terceiro ano e que nessa semana percorreu as 27 capitais do País, capacitando e formando diretamente mais de 4 mil educadores em 297 Municípios, beneficiando mais de 1 milhão de alunos, sobretudo das escolas públicas.

Essas são algumas imagens dessas atividades. E aqui os materiais que são produzidos e que estão disponíveis gratuitamente para *download* naquele *link*.

Essa é uma referência, mais uma vez, ao trabalho feito pelos multiplicadores e também no Rio Grande do Sul. A Dra. Jaqueline mencionou que uma dessas



atividades elaboradas pelos multiplicadores formados nas oficinas recebeu este ano a maior condecoração da Associação Nacional dos Procuradores da República — ANPR, que é o Prêmio República.

Está ali na foto também a Dra. Jaqueline, recebendo o Prêmio República deste ano.

O Dia da Internet Segura já está marcado. Faremos a 10ª edição no ano que vem. V.Exas. estão convidados. Dia 6 de fevereiro é um dia em que mais de cem países, de forma articulada, desenvolvem ações simultâneas para promover o uso ético, seguro e responsável da Internet. E esse já dia acontece no Brasil há 10 anos. Há mais informações ali, naquele endereço: diadainternetsegura.org.br.

Esse foi o Evento HUB, que fizemos em São Paulo este ano.

Aqui estão algumas campanhas. Também acreditamos no poder de síntese que uma imagem pode ter. Essa é uma das campanhas que nós fizemos para conscientizar a população em relação ao aliciamento: *“Tem gente que vê criança como adulto. Denuncie a exploração sexual infantil na web”*.

Essa é outra campanha, que foi um desafio. Como falar com adolescentes sobre *nudes*? Dizer *“não tire fotos íntimas”*, é o mesmo que dizer *“tire”*, porque adolescente tem um pouco isto: se você disser *“não faça”*, pela rebeldia própria do adolescente, ele faz. Então, como evitar situações como essa? Essas fotos são produzidas no contexto de um relacionamento em que há confiança. Depois que essa relação se quebra ou há um vazamento acidental ou um vazamento intencional dessas fotos, aquilo que era um segredo do casal acaba sendo um instrumento de vingança. Isso não acontece só com adolescentes, acontece com adultos também.

Como evitar essa situação? Acabamos fazendo uma campanha tentando resumir em uma imagem o que acontece: *“A Internet não guarda segredos. Mantenha a sua privacidade off-line”*, ou seja, aquela imagem que você produziu e mandou para a pessoa que você mais ama acaba, muitas vezes, sendo compartilhada indefinidamente, viralizando e caindo na mão de pessoas que você nem conhece.

Outra campanha, também sobre o mesmo tema, foi essa que fizemos nos cinemas de São Paulo e também daqui de Brasília. Colocamos cartazes fictícios de



filmes e colocamos nos cinemas, exatamente para chamar a atenção das pessoas para a importância de se ter cuidado com a privacidade.

Aqui estão algumas boas práticas internacionais. O modelo de *hotline* já existe na Europa desde 1999. Hoje existem 51 *hotlines* no mundo em 48 países.

Quando olhamos as estatísticas mais recentes do INHOPE, percebemos que menos de 1% do conteúdo denunciado no mundo inteiro e que é confirmado como pornografia infantil está hospedado no Brasil. Não haver conteúdo hospedado aqui não quer dizer que não há crimes sendo praticados. Há muitos, e outro gráfico vai mostrar isso. Mas o conteúdo não está armazenado no País, está armazenado em provedores, em *datacenters* que estão localizados em outros países, sobretudo nos Estados Unidos, Irlanda e também Holanda.

Aqui está o índice de remoção desses conteúdos na origem. Dessas imagens, 74% são removidas nas primeiras 24 horas. O *link* para o relatório está ali, com os dados detalhados. Este é o principal objetivo: remover o conteúdo na origem e preservar essas provas, para que possam subsidiar as investigações.

Aqui está um pouco do perfil das vítimas: 83% das vítimas que aparecem nas imagens de abuso e exploração sexual são meninas. Então, mais uma vez a questão de gênero está presente.

Há uma distinção entre hospedagem, produção, consumo e distribuição. Então, é importante sempre ter em mente isto: onde o material está sendo produzido não necessariamente é o local onde ele está sendo hospedado e não necessariamente é o local onde ele está sendo consumido. Então, essa também é uma questão importante a ser levada em consideração na estratégia de atuação dos órgãos de investigação, ou seja, a prioridade deve ser dada sempre a quem está produzindo esse material.

Lembro que essas imagens são provas materiais de um crime, provas materiais de um estupro, provas materiais de um abuso sexual. E onde a imagem está sendo produzida é onde está a vítima, que precisa ser localizada. E precisam ser aplicadas todas as medidas protetivas com a maior urgência e a maior celeridade possível.

Este mapa contrasta com o mapa anterior. Por quê? Esse mapa é gerado a partir dos *uploads*, ou seja, de onde essas imagens foram publicadas. Então,



quando olhamos aqui o mapa de hospedagem e comparamos com o mapa de *uploads*, ou seja, de distribuição, vemos que o Brasil sai de uma posição de menos de 1% no critério de hospedagem e passa a ser um dos principais países, um dos dez países, que mais distribuem, divulgam, publicam imagens de abuso e exploração sexual de crianças.

Este dado aqui foi gerado a partir da origem dos IPs que constam dos *reports* do NCMEC. Esse mapa é do próprio NCMEC. Então vejam que, em 2016, no Brasil, houve mais de 50 mil ocorrências de *upload* de imagens de abuso sexual a partir de conexões feitas no território brasileiro.

Apenas lembro que esses crimes precisam ser investigados e punidos, e não camuflados. Lembro que essas são provas materiais de crimes graves que precisam ser investigados. Iniciativas como, por exemplo, bloquear os *websites*, iniciativas que recorrentemente aparecem em vários projetos de lei elaborados aqui na Câmara e também no Senado, ignoram o fato de que esses crimes precisam ser investigados e que simplesmente bloquear o acesso a essas provas materiais não vai ajudar a resolver o problema, sobretudo no que diz respeito à produção das imagens de abuso e exploração sexual de crianças.

Trago apenas algumas referências dos efeitos colaterais causados por bloqueios de conteúdo na *web*, bloqueios de *websites*. Eu deixo como referência alguns estudos sobre o que foi feito na Inglaterra. Esse é um estudo da Universidade de Cambridge que mostra as dificuldades encontradas na Inglaterra e os efeitos colaterais causados, os mecanismos utilizados para contornar as iniciativas de bloqueio e os problemas relacionados também ao *overblocking*, ou seja, o bloqueio de coisas que não deviam ser bloqueadas, como, por exemplo, a Wikipedia, como aconteceu na Inglaterra.

E isso gera alguns problemas que afetam outros direitos fundamentais, não só a liberdade de expressão, mas, sobretudo, a neutralidade da rede e outros princípios basilares da governança da Internet no Brasil, que estão esculpidos não só no Decálogo do Comitê Gestor da Internet, mas também no próprio Marco Civil da Internet, que foi produto de 7 anos de discussão nesta Casa e que é considerado uma lei modelo que deve ser preservada acima de tudo.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Muito obrigado, Sr. Thiago Tavares.

Passo a palavra agora à Sra. Ana Cristina Melo Santiago, para que faça a sua apresentação.

A SRA. ANA CRISTINA MELO SANTIAGO - Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer o convite, Deputado, e parabenizá-lo pela iniciativa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós somos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, do Distrito Federal, uma delegacia que fica situada no Departamento de Polícia Especializada. Aqui eu trouxe uma estrutura, para vocês entenderem que nós não trabalhamos especificamente com violência sexual, não só com crimes cibernéticos, mas com tudo o que envolve a temática, com toda e qualquer situação em que a criança e o adolescente são vítimas.

E não trabalhamos também com exclusividade. Temos 31 delegacias de polícia de áreas que também fazem esse atendimento. O que nós fazemos com exclusividade na Delegacia de Proteção de Criança e Adolescente é exatamente o depoimento especial, a que se referiu a representante do CONANDA: a oitiva da criança vítima ou testemunha de violência. Isso nós fazemos com exclusividade na Delegacia desde 1999, agora com o reforço da Lei nº 13.431, de 2017, que vai entrar em vigor em abril do próximo ano.

Na Polícia Civil, dentro do Departamento de Polícia Especializada, há a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes Cibernéticos, mas, quando nós falamos em crianças e adolescentes vítimas, quem faz esse trabalho é a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente — DPCA, através da seção que é responsável pelas investigações desses crimes. Está aqui o chefe da seção, o Saulandre, para sanar qualquer dúvida.

Com que tipos de crimes lidamos comumente na Delegacia nessa temática? Exatamente esses previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, que se traduzem no compartilhamento, no armazenamento e no aliciamento das crianças para fins de prática de ato libidinoso.

Agora há uma figura recente que o Judiciário tem enfrentado: a questão do estupro virtual, uma temática com que estamos lidando lá na DPCA também. Trata-



se justamente do aliciamento, da instigação à prática de ato libidinoso, muitas vezes com a utilização de ameaça. O abusador, por exemplo, já detém em posse dele uma imagem ou um vídeo que ele conseguiu de uma criança ou, especialmente, de um adolescente. E a partir daí, ele constrange esse adolescente a realizar um ato libidinoso diante de uma câmera. Esse tipo de caso pode ser enquadrado — os nossos tribunais estão caminhando nesse sentido — no chamado estupro virtual, que é uma figura mais grave.

Quando não se chega a essa prática do ato libidinoso, há várias outras tipificações: ameaça, extorsão, constrangimento ilegal, difamação e injúria. E, como bem foi colocado pelo representante da SaferNet, há o recorte de gênero, em que as vítimas são essencialmente meninas.

Nós vivemos numa sociedade em que se encara com naturalidade essa temática. Quando se refere à vítima do sexo masculino, isso ganha um contorno maior. A nossa sociedade é ainda muito machista, patriarcal e encara, muitas vezes, esses abusos sexuais como uma espécie de iniciação sexual dos meninos.

Então, a questão é grave tanto para quem teria o dever de cuidar dessa criança, desse adolescente, como para essa criança ou esse adolescente, que se sente muito envergonhado e não entende muito bem o que está acontecendo. Vivemos numa sociedade em que se estimula o menino a iniciar a vida sexual cada vez mais cedo e a ter práticas sexuais em grande número. Então, para um menino se reconhecer como vítima de abuso sexual ainda é mais complicado. Vemos isso na prática. É mais complicado para os meninos entenderem o que está acontecendo e conseguirem nos relatar aquilo.

Essas são algumas investigações das quais participamos e que foram concentradas na DPCA, como a questão do jogo Baleia Azul e da Operação Luz na Infância, já citada aqui, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, através do Cyber Lab, com a participação de 23 Unidades da Federação e uma grande movimentação de policiais envolvidos. Conseguimos prender 108 pessoas em flagrante naquela oportunidade.

Entre as dificuldades com que lidamos no dia a dia das investigações, como já foi colocado, está a demora na resposta dos provedores de conexão e aplicação. Isso tem sido um grande empecilho no avanço das investigações. Outra coisa com a



qual nos deparamos muito hoje e que tem sido um grande problema é essa conexão IPv4, que seria o método de distribuição do mesmo IP para várias pessoas. Isso dificulta a obtenção dos dados exatos de quem está fazendo aquela transmissão ou de quem baixou aquele arquivo. Esse tem sido um grande problema para o trabalho policial. Há também a dificuldade de centralização das denúncias de violência sexual pela Internet.

Pesquisando aqui na Casa, nós encontramos o Projeto de Lei nº 5.276, de 2016, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural. O art. 14 desse projeto dispõe sobre uma espécie de órgão que se pensou para centralizar tudo o que colocamos aqui — políticas públicas, fiscalização, números, dados. Nós entendemos que isso seria muito importante, levando-se em conta ainda as dimensões continentais que o nosso País tem e as realidades diferentes de atuação. Isso seria bem interessante.

Outra dificuldade são os dados cadastrais de telefonia precários e não confiáveis. Nós conseguimos aquele levantamento, nós conseguimos a informação, mas isso vem com endereços incompletos, pessoas que não existem, uso de CPF falso. Então, nós temos que pensar também numa forma de obrigar quem vende os *chips* a ter maior critério na identificação, na coleta da documentação do comprador, para que consigamos chegar ao suposto autor daquele delito.

Uma das sugestões que nós trouxemos foi a implementação — corrija-me, Saulandre, por favor — desse IPv6, que é justamente a possibilidade de que o IP seja identificado para tão somente um usuário, que não exista essa possibilidade de distribuição de um mesmo IP para uma quantidade quase infinita de usuários.

Outra sugestão é a exigência de captura e disponibilização da porta de conexão ou outro meio capaz de identificar o contratante. Basicamente, seria a mesma coisa, falando numa linguagem bem policial, de não termos mais de nadar, nadar e morrer na praia. Nós fazemos toda a investigação, com toda a técnica, com as quebras judiciais, tudo da forma mais correta, mas, na hora em que nós obtemos as informações, não chegamos a lugar algum. Então, essa é uma grande preocupação.



O projeto de lei, que está parado numa Comissão desde novembro de 2016, traz dados importantes acerca da proteção de dados pessoais, da inviabilidade da intimidade da vida privada, da honra e da imagem. E há um artigo específico que dispõe: *“O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado no seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente”*.

Então, a sugestão é que essa discussão realmente ganhe curso e que se defina melhor a expressão “no seu melhor interesse”. É muito complicado para nós, operadores do Direito, quando nos deparamos com expressões muito abertas, muito subjetivas. Precisamos saber o que é “no seu melhor interesse”. Então, é importante que isso seja mais bem definido.

Outra sugestão é a exigência de confirmação de dados cadastrais para cadastramentos de *chip* na operadora, por conta daquela dificuldade que eu coloquei para os senhores.

Aqui estão os nossos dados. Eu me coloco à disposição dos senhores para qualquer outra informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Muito obrigado, Dra. Ana Cristina.

Eu passo a palavra agora à Sra. Flávia Alves de Oliveira, que também dispõe de 10 minutos.

A SRA. FLÁVIA ALVES DE OLIVEIRA MUNDIM - Bom dia a todos e todas.

Cumprimento o Deputado Roberto Alves — que não é meu parente, embora tenhamos o mesmo sobrenome — e agradeço-lhe por ter convidado a Polícia Rodoviária Federal para estar nesta Mesa.

As pessoas devem estar se perguntando qual o sentido de a Polícia Rodoviária Federal participar de uma mesa que debate o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes na Internet. Qual é o sentido disso, uma vez que a PRF está nas rodovias federais? Bem, como bem foi dito várias vezes aqui hoje pelos palestrantes que me antecederam, temos que sair da caixinha. Esse é um trabalho de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Não quero cortar V.Sa., mas vou interrompê-la para agradecer a presença ao Deputado Lincoln Portela, que está nos prestigiando. Muito obrigado, Deputado, pela presença de V.Exa.



Pois não, Dra. Flávia.

A SRA. FLÁVIA ALVES DE OLIVEIRA MUNDIM - Então, temos que sair da caixinha. Temos que trabalhar em rede para efetivamente protegermos as nossas crianças e adolescentes.

Quando levamos em conta que, pelo que informam as estatísticas, 150 *sites* de exploração à imagem de crianças e adolescentes aparecem todos os dias, nós nos perguntamos o que está por trás disso. Qual o trabalho que efetivamente está sendo feito para resguardar essa situação? E por que isso prolifera tão rapidamente?

Bem, nós nos deparamos com a omissão e a tolerância das pessoas que teriam a responsabilidade de ver o problema e não veem. E é por isso que a Polícia Rodoviária Federal está aqui.

Deem-me licença para ficar em pé; eu me sinto mais confortável ao falar em pé.

É de conhecimento de todos a exploração sexual que acontece ao longo das rodovias federais. O que acontece quando a criança e o adolescente estão numa situação de vulnerabilidade nesses espaços?

(Segue-se exibição de imagens.)

A missão da Polícia Rodoviária Federal é garantir a segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União. A visão de futuro da PRF é ser reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e pela indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

Aí temos a transcrição de dispositivo da Constituição Federal relativo à segurança pública. Vou pular essas competências.

No art. 227, a Constituição estabelece que é dever da família e do Estado proteger e garantir a segurança da criança e do adolescente.

O que aconteceu nas rodovias federais? Em 2003, a Polícia Rodoviária Federal, em parceria com a OIT, com a Childhood e com a Secretaria de Direitos Humanos, começou um trabalho de capacitação de todo o seu efetivo para mudar a forma de olhar de seus agentes. Os lugares por onde antes o próprio policial passava e muitas vezes não via exploração sexual, via apenas uma área de



prostituição — e no Brasil prostituição não é crime —, hoje vê de forma diferente. E isso é fruto de um trabalho árduo que reuniu todo o nosso efetivo.

Hoje, ao longo das rodovias federais, quando um policial rodoviário federal se depara com uma situação em que uma criança ou adolescente está em situação de vulnerabilidade, ele tem um olhar diferenciado para a situação. E isso nós temos que levar para dentro das redes sociais também. É por esse motivo que nós estamos trazendo a boa prática do Projeto Mapear neste dia.

Como o Projeto Mapear surgiu? Em que ele consiste? O que são pontos vulneráveis? E quais são os objetivos desse projeto?

O Projeto Mapear nasceu em 2003, quando o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes tornou-se prioridade para o Governo. E em que isso consiste? Consiste em fazer um levantamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo de aproximadamente 72 mil quilômetros de rodovias federais existentes em 26 Estados e no Distrito Federal.

O que é um ponto de vulnerabilidade? Nós não estamos falando aqui de pontos de prostituição. Nós não estamos falando aqui de pontos efetivamente de exploração sexual. Nós estamos falando de pontos vulneráveis. Seria uma lista cinza de pontos que, dependendo da atitude das pessoas, vai se tornar um local seguro ou vai para a lista negra.

Então, ponto de vulnerabilidade é um local ao qual possa ser atribuído nível de vulnerabilidade à exploração sexual de criança e adolescente. Nós não levantamos pontos de exploração; eles são descobertos através desse estudo de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade da criança está em todo lugar onde ela estiver desacompanhada, onde ela estiver suscetível a ser alcançada para se tornar vítima de alguma situação de exploração. E muitas vezes a criança não se reconhece como vítima.

Há 4 meses eu retornei para a Polícia Rodoviária Federal. Antes, eu estava cedida para a Secretaria de Direitos Humanos, onde, por 8 anos, eu coordenei a segurança do programa de proteção à criança e ao adolescente ameaçados de morte. Esse espaço é a última fronteira, quando todos os direitos já foram violados, e nós nos deparamos com o último direito que resta, o direito à vida, em risco.



Eu me sinto muito feliz em ocupar este espaço para falar da proteção da criança e do adolescente e da necessidade de todos nós nos unirmos em rede, em todas as instâncias, em todos os âmbitos, para proteger nossas crianças e adolescentes. Eu também sou mãe de duas adolescentes.

Criticidade é a estratégia que permite o direcionamento das ações preventivas, repressivas e das políticas públicas específicas. Nesse contexto, são avaliados: presença de crianças e adolescentes; existência de locais de prostituição — volto a frisar que não podemos falar em prostituição infantil, não podemos falar em prostituição de crianças e adolescentes; eles são explorados —; ocorrências anteriores de exploração de crianças e adolescentes; presença de tráfico e consumo de drogas.

Um dos objetivos do projeto é subsidiar ações preventivas, com palestras nas rodovias federais, principalmente nos pontos levantados pelo Mapear. Eu trabalhei no início da implantação do projeto Mapear, e eram muito, muito interessantes essas palestras, quando nos deparávamos com caminhoneiros e outras pessoas que estavam ali explorando crianças e adolescentes, mas não se viam como violadores. O discurso deles, quando nós levávamos essa situação a eles, era: *“Mas eu não estou fazendo nada de errado! Eu não sou o primeiro! Ela está aqui, e eu a estou ajudando, eu estou dando dinheiro”*. E é exatamente este o ponto: fazer as pessoas conseguirem ver além da aparência. Quem está ali não é uma prostituta. É uma adolescente, é uma criança que está sendo explorada e que precisa da proteção da sociedade, do Estado e da família.

O projeto objetiva também subsidiar ações repressivas, que envolvem: operações nacionais desencadeadas pelo levantamento do Mapear; atuação com a rede de enfrentamento; e Operações Temáticas sobre Direitos Humanos — OTDHs nas regionais com maior necessidade.

Nesse ponto, nós trabalhamos em parceria com as Polícias Civis dos Estados, as Polícias Militares e a Polícia Federal para esse combate.

Além disso, o projeto tem o objetivo de orientação de políticas públicas. Já são realizados cruzamentos de dados com IDHM e nível de evasão escolar, que podem ser apresentados aos governos regionais e locais como fator que contribui para a vulnerabilização da exploração sexual de crianças e adolescentes.



Resultados do programa: aproximadamente 4.500 crianças e adolescentes resgatados de situação de vulnerabilidade; transferência da metodologia — já a transferimos para a Polícia Militar do Estado de Pernambuco e estamos abertos para transferi-la para todas as outras instituições de segurança pública —; análise detalhada dos Municípios, com identificação dos pontos críticos; mais de 300 campanhas de solidariedade e cidadania; parcerias com o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério Público do Trabalho, a Childhood, a Organização Internacional do Trabalho — OIT e o Ministério Público Estadual; e obtenção de quatro prêmios nacionais de direitos humanos nesses anos todos em que estamos trabalhando com o Mapear.

Desafios: redução dos pontos críticos; transferência da metodologia; cruzamento de dados; atuação direta nas rodovias federais; transformação dos locais de parada em ambientes seguros; empoderamento dos gestores públicos; e manutenção da efetividade de enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes.

Aqui estão os dados de 2009, 2011, 2014 e 2017. Nós tivemos decréscimo no número de pontos críticos, mas isso não quer dizer que a exploração sexual tenha acabado. Muitas vezes, ela é pulverizada ou vai para outros locais, como, por exemplo, as rodovias estaduais. Por isso o nosso maior interesse em atuar em parceria com as polícias estaduais, para que elas também possam fazer esse tipo de trabalho.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos tem hoje a competência de fazer o assessoramento do Diretor-Geral da PRF e de coordenar as 27 Comissões Regionais de Direitos Humanos da PRF.

Thiago, parece que nós usamos a mesma citação. Você começou a sua fala com ela, e eu termino a minha com ela: *“Para que o mal triunfe basta que os bons fiquem de braços cruzados”*.

Eu já esgotei o meu tempo, então agradeço a todos vocês, à Mesa e aos parceiros aqui presentes. Que possamos continuar nesse enfrentamento à exploração, em todas as instâncias, para proteger nossas crianças e adolescentes!
(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu que agradeço, Sra. Flávia.

Antes de passar a palavra à Sra. Alessandra, eu quero passar a palavra ao Deputado e meu amigo Lincoln Portela.

Fique à vontade, Deputado.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Obrigado, Deputado Roberto Alves.

É bom estar com vocês aqui. A nossa correria é muito grande, por isso o Presidente está me passando a palavra primeiro.

Ouvi a Flávia falar sobre a Polícia Rodoviária Federal, pela qual eu tenho uma estima muito grande. E já enviei emendas de orçamento inclusive para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Brasil é um destino do turismo sexual no mundo. O nosso País é visto assim no mundo inteiro e muito malvisto. A ideia que se tem do Brasil é a pior possível no exterior nesse contexto, e isso vem da nossa origem. O pior de Portugal veio para cá. Massacraram os nossos indígenas, exploraram sexualmente as mulheres indígenas, exploraram sexualmente, por 350 anos, os negros no Brasil. Então, isso está no nosso DNA.

Há ainda aquelas frases antigas: *“Não existe pecado do lado de baixo do Equador”*; *“Vai para lá porque lá você pode fazer o que quiser”*. Depois, já nessa era, no início da era pós-modernidade, o Gérson dizia: *“Gosto de levar vantagem em tudo”*. Então, o Brasil vive dessa forma, e nós temos que combater violentamente essas coisas.

A nossa mídia é hedionda nesse sentido, com algumas exceções. Nós temos algumas exceções na mídia, mas a maior parte da nossa mídia incentiva a prostituição, e incentiva a prostituição infantil. Eu me lembro de que, mais ou menos há 3 décadas, nós tínhamos uma determinada apresentadora de televisão, num determinado canal, que ensinava as nossas criancinhas de 5 anos, 6 anos a dançar na boquinha da garrafa, e o pessoal achava lindo: *“Isso é liberdade de expressão!”*

Daí nós vamos correndo e constatamos que várias músicas hediondas e absurdas, muitas delas patrocinadas com recursos obtidos com o uso da Lei Rouanet, incentivam inclusive as chamadas viúvas do tráfico, nas favelas brasileiras,



nas comunidades brasileiras. Esse é o tipo de música que nós temos, e isso vai rodando pelo Brasil inteiro.

Há ainda a impunidade. Eu viajo muito e viajo muito de carro. Eu faço rotas. O Vereador Joel, de Belo Horizonte, excelente pessoa, advogado, um homem muito competente, um amigo, parceiro, sabe disso. Nós andamos pelo Jequitinhonha, e ali há meninas de 9 anos, 10 anos, 11 anos na beira da estrada.

A Polícia Rodoviária Federal precisa de um efetivo de, pelo menos, mais 3 mil homens e mulheres. A Polícia Federal tem o mesmo efetivo desde 1970. Há um caos na segurança pública desde o Governo do Presidente José Sarney até o Governo do Presidente Michel Temer. E cada um foi mais golpista do que o outro, na área da segurança pública.

V.Exa. sabe que eu milito muito nisso. Milito com a magistratura, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e com a segurança pública. Esses governos golpearam o povo brasileiro na segurança pública. Temos muito mais prejuízo na segurança pública do que investimento, e o Produto Interno Bruto mostra o tamanho do nosso prejuízo.

Inventaram agora o Ministério da Justiça e Segurança Pública. É brincadeira! Mudam o rótulo, e a essência continua. Então, corre solta no Brasil — não temos política de Estado para mudar isso — a impunidade. Com isso a segurança pública é caótica. E não temos uma cultura de paz, que poderia começar pelas famílias e pelas escolas. Temos cultura de enfrentamento, com questões ideológicas, questões religiosas, questões sexuais, de ideologia de gênero e tantas coisas, e o Brasil vai de mal a pior. Que bom que diminuimos os focos! Que bom! Mas são vários ainda e, por certo, os senhores descobrirão vários focos também.

O grande problema, Deputado Roberto, são os focos entre aqueles que estão em altas posições. Nada pior do que aqueles que estão em postos políticos, em postos empresariais e em vários locais do Brasil promoverem a pedofilia abertamente e, às vezes, até com a conivência de áreas da segurança pública. Eu sei que a Polícia Federal tem lutado muito contra isso. Esse é um negócio muito difícil. Mas parabéns por esta iniciativa! Temos que abrir a boca, sim. Temos que falar e buscar soluções.



Eu encerro dizendo que eu falei com uma determinada pessoa que estava no poder, na Presidência da República, quando eu ainda era Líder do PR, e havia dois Ministros com essa pessoa. Eu disse: *“Precisamos estabelecer uma cultura de paz no País”*. E essa pessoa, esse líder nacional, essa pessoa que era Presidente da República disse: *“Eu não acredito em cultura de paz”*. É por isso que estamos da maneira como estamos: 60 mil mortos por ano e coisas do gênero.

Parabéns a vocês todos! Sou pessimista? Não! Estou mostrando a realidade e focos que nós precisamos combater também.

Obrigado, Deputado Roberto Alves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado, Deputado Lincoln Portela, mineiro, lutador pelo Estado de Minas Gerais e republicano. Parabéns a V.Exa.!

Passo a palavra à Sra. Alessandra Inês da Silva Areias.

A SRA. ALESSANDRA INÊS DA SILVA AREIAS - Bom dia a todos e a todas.

Eu quero agradecer o convite ao Deputado Roberto Alves. Já nos conhecemos de outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Já é a segunda vez que nós estamos em debate como este, doutora.

A SRA. ALESSANDRA INÊS DA SILVA AREIAS - Isso. E, para mim, é sempre um prazer quando sou convidada a falar deste tema com o qual convivo todos os dias na minha profissão.

Também quero agradecer ao Sr. Renato, que é um grande parceiro nesse trabalho também e sempre nos convida para falar sobre este tema.

Sou psicóloga de formação e tenho especialização em Neuropsicologia. Estou pontuando isso porque vou trazer um pouco desse olhar da Neuropsicologia, da neurociência para que nós possamos entender o que acontece em termos de maturação cognitiva nas crianças e nos adolescentes.

Nós falamos muito do comportamento da criança e do adolescente, mas nós pouco sabemos como funciona a máquina, no caso das crianças. Nós orientamos os nossos filhos, nós falamos para eles, e, de forma impressionante, apesar de



saberem, acabam cometendo os mesmos erros e são pegos nessa rede. Entender como isso funciona é importante.

Eu faço parte da iniciativa privada, e meu trabalho hoje é receber as crianças que passaram por abuso e foram vítimas de abuso. Na minha prática clínica, eu recebo crianças que já passaram por todo esse processo e iniciam um atendimento psicológico. A realidade dessa criança que eu recebo é muito dura, e eu tenho muita dificuldade, às vezes, de acessar a fala, essa dor, esse sofrimento.

Nós recebemos também pais ainda em desespero. É importante que nós falemos sobre isso para os pais que estão nos ouvindo, porque há sempre aquele sentimento: por que não falou antes? Questionam a criança: *“Por que você não disse?”* Fala-se isso comumente quando o agressor é o pai ou alguém muito próximo. E a criança vem para nós com essa ideia de que ela é a culpada. Ela não consegue se ver como vítima muito por conta dessa fala.

É importante que nós entendamos que isso acontece pela imaturidade cognitiva da criança. A neurociência hoje explica, através de pesquisas de imagens, que o nosso cérebro tem um processo de desenvolvimento. As estruturas fundamentais para a tomada de decisões assertivas demoram um pouco mais para maturar, para amadurecer. Nós estamos falando de um córtex pré-frontal, que é o responsável pela tomada de decisões, de controles inibitórios. A neurociência mostra, através de imagens, que essas estruturas são mais demoradas para maturar. Nós estamos falando de adolescentes entre os 13 e os 17 anos, que não têm condições cognitivas ainda de tomar decisões assertivas, como nós, adultos, por conta de uma questão fisiológica e, muitas vezes, bioquímica mesmo. Nós estamos falando de neurotransmissores, como a própria dopamina, que é responsável pelo prazer, e a criança e o adolescente se viciam de forma rápida em determinadas coisas.

Quando falamos de Internet, podemos dizer que as crianças estão tendo acesso muito cedo às mídias digitais. Não que isso seja algo ruim. Eu acho que as mídias, como a Internet, trouxeram coisas muito positivas. E, sendo usadas de forma assertiva nas escolas, isso faz com que a própria escola tenha outro olhar para com a criança. É divertido acessar a Internet. Mas o que eu tenho vivenciado na minha prática é que crianças estão usando de forma precoce — acho que o Presidente da



OAB falou sobre isso — *tablets* e computadores, que funcionam como babás. Essas crianças deveriam estar recebendo estímulos psicomotores, mas estão envolvidas nisso. E isso funciona como uma droga, se ela não tiver a idade certa.

Existe um *site* de pediatria que mostra qual é a idade e o tempo certos para que uma criança tenha acesso a determinadas mídias. Mas isso está longe da nossa realidade. Hoje há crianças de 2, 3 anos que ficam ali vendo um vídeo e logo depois vem outro. Se formos falar de estruturas neurológicas, é como se tivéssemos dando álcool a essa criança. Como assim? O acesso de algo que dá prazer desenvolve a dopamina, que nos vicia. Então, nós estamos falando de uma criança que, cada vez que ficar 4, 5, 6 horas diante dessas mídias, mais tempo vai querer ficar. E isso é muito preocupante para nós da área da Neuropsicologia, porque nós vamos ter desgaste também na escola. E essas crianças ficam muito mais vulneráveis a determinados abusos.

Acho que o Thiago falou da educação. Orientar esses pais sobre este tema faz toda a diferença. Por quê? Como o Pablo disse, existem pesquisas que mostram a quantidade de crianças que hoje têm perfis em redes sociais. Com certeza, foram os pais fizeram isso, porque é preciso ter CPF para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Peço só um instante à senhora para convidar o Deputado Lincoln Portela para presidir a reunião. O pessoal da *TV Câmara* está me chamando lá fora. Por favor, Deputado.

A senhora pode continuar.

A SRA. ALESSANDRA INÊS DA SILVA AREIAS - Isso acontece com frequência por causa do medo dos pais de deixarem de ser amados, o que os leva ao efeito de cederem muito aos filhos. Precisamos olhar para isso com cuidado.

Há meninos de 11 anos com perfil que estão expostos, o que é um grande problema, não só ao abuso e à exploração, mas também ao *cyberbullying*. Há casos em que a criança é ridicularizada. Há, também, um índice altíssimo de suicídio em crianças e adolescentes devido ao que acontece na Internet.

Portanto, é importante que nós, como educadores e pais, entendamos que existe um tempo para tudo: temos que saber que o tempo da maturidade cognitiva das crianças e dos adolescentes demora um pouco mais. O lobo pré-frontal é o que mais demora a se desenvolver. Precisamos respeitar este processo.



Por isso, mesmo quando conversamos com nossos filhos, dizendo que não entrem no carro de estranhos, que não deem o endereço de casa, não falem com fulano na Internet, eles o fazem, porque ainda não têm condições de compreender esta situação. Eles entendem que é errado, mas são manipulados facilmente, porque há algo mágico entre o real e o imaginário.

Lembro-me de quando éramos adolescentes: nós podíamos tudo. O pai falava, mas redarguíamos: *“Não, isso é besteira. A gente sabe se virar”*. Na verdade, temos uma função limitada de flexibilizar, de ter controle inibitório e de conseguir planejar as atitudes.

Eu tive casos em que disseram que haveria uma promoção na qual viria um cantor aqui. Tirava-se uma foto, e quem tivesse a foto mais bonita concorreria para conhecê-lo em tal lugar. Uma menina faz isto: tira a foto, manda, sem conseguir flexibilizar. Como assim? Isso acontece muito por causa desta estrutura.

Muitas mães desesperadas dizem: *“Mas eu falei! Eu falei! Por que você fez isso?”* A criança pede desculpa, sem nem saber dizer o porquê. Por isso, a criança precisa amadurecer.

No meu atendimento clínico, trabalhamos com a criança, procurando entender como e o que aconteceu e como está a sua estrutura emocional. Descobrimos que ela deixa de dizer muitas coisas durante o interrogatório, coisas que os pais não sabem. Ela tem medo porque, muitas vezes, como a Flávia disse, ela é vista como culpada. *“Não, mas ela já está acostumada a isso.”*

A neurociência pode explicar muitas questões a partir deste olhar sobre as fases em que o comportamento emocional da criança e do adolescente se aproxima mais do comportamento de um adulto. Mas esta seria uma discussão para outro momento.

O que mais importa saber é que nossos filhos são de nossa responsabilidade. Precisamos entender que temos que ter tempo não só para uma conversa, mas para orientá-los constantemente, dizendo: *“Eu sei que você pensa dessa forma; eu já tive a sua idade, sei como é. Tome cuidado”*. Precisamos orientá-los mais, mas não numa única conversa, porque eles sabem, mas ainda estão vulneráveis àqueles que, como nós adultos temos condições para mentir melhor do que eles. Esta é a grande rede na qual eles são fisgados.



Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lincoln Portela) - Eu quero dizer à Dra. Alessandra que já comuniquei à minha rede familiar que acesse o *site* da pediatria. Até já mostrei para a Flávia. (*Risos.*)

Finalmente, passo a palavra ao meu amigo Dr. Renato Junqueira, que tem trabalhado muito como líder na Fundação Republicana. S.Sa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. RENATO JUNQUEIRA - Obrigado, Exmo. Sr. Deputado Lincoln Portela. Cumprimento toda a Mesa, convidados, especialistas, palestrantes, toda a sociedade civil que se encontra nesta audiência pública.

O Deputado Roberto Alves se retirou — acho que foi conceder alguma entrevista. Ele foi muito feliz em trazer este tema. Nós, da FRB, somos parceiros nesta causa. Temos trabalhado arduamente para conscientizar todas as pessoas.

Há duas semanas, realizamos uma palestra para tratar do tema do combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes em Samambaia, cidade aqui no Distrito Federal onde há o maior índice de denúncia de violência.

Falamos com educadores e queremos levar este assunto aos pais, aos alunos, àqueles que têm acesso e àqueles que não têm acesso à escola. Nós entendemos que, nas fases da vida do ser humano, a mais marcante é a infância. Ela pode marcar positivamente, trazendo várias lembranças. Há pessoas que, quando chegam à fase adulta, se pudessem, voltariam à infância. Infelizmente, aqueles que foram abusados não querem voltar à infância. Pelo contrário: querem esquecer a infância. Assim, nós procuramos conscientizar estas pessoas porque a FRB tem como objetivo a pesquisa, o estudo e a conscientização política.

Queremos, não só no Distrito Federal, mas também em todo o Brasil, levar esta mensagem, esta conscientização, por meio dos nossos agentes e dos órgãos que vêm combatendo os abusos.

Muito se falou hoje sobre orçamento, que é uma realidade. Muitas vezes se fala sobre orçamento, e as entidades acabam se sentindo com braço curto. O braço fica um pouco curto para poder ajudar. Nós, como entidade do terceiro setor, queremos estender um pouco o braço e ajudar nesta causa de alguma forma, Deputado Roberto Alves.



Agradeço o convite, parabênzo V.Exa. pela iniciativa de promover esta audiência pública com todos os convidados e coloco a Fundação Republicana Brasileira à disposição, já que temos atuado não só no Distrito Federal, mas também em todo o Brasil, para chegarmos com eficiência, levamos conscientização e prevenção, porque prevenção, com certeza, é bem melhor do que repressão. Se podemos chegar com mais agilidade, se podemos chegar na frente do criminoso, tenho certeza absoluta de que os índices de violência sexual contra crianças e adolescentes vai diminuir, e muito. A FRB está aqui para dar sua contribuição.

Bom dia, Deputado Roberto Alves. Bom dia a todos os convidados.
Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu é que agradeço ao Presidente Renato Junqueira.

Chegaram às minhas mãos agora algumas perguntas. Qualquer um de vocês pode responder. *“De que maneira as famílias podem ajudar no combate à violência sexual de crianças e adolescentes?”* Pediram que eu fizesse esta pergunta a qualquer um dos senhores.

Quem quiser responder fique à vontade.

A SRA. ANA CRISTINA MELO SANTIAGO - Eu estava pensando, é muito bem-vindo e necessário o discurso de que nós devemos orientar as crianças para a autoproteção, mas nunca, jamais, devemos esquecer ou perder de vista que a obrigação de manter a segurança e zelar pela integridade da criança é sempre dos adultos. Nós vivemos numa sociedade “adultocêntrica”, em que a fala das crianças e dos adolescentes não é muito valorizada.

Sempre me perguntam qual é o perfil da criança e do adolescente abusados. O que observamos na nossa prática é que não existe um perfil de vítima, mas, sim, de família, de pessoas responsáveis pela guarda da criança. Estas são crianças, por regra, sem supervisão, orientação ou apoio muito presente — são vulneráveis. Eu acho que as famílias têm como contribuir exatamente quando tomam consciência da obrigação e da responsabilidade primeira de zelar pela integridade desta criança e deste adolescente.

É importante as famílias terem um olhar de orientação e de autoproteção da criança e do adolescente, mas também observarem que a responsabilidade



primeira, a obrigação primeira, é sempre do adulto. Nós observamos quão difícil é para esta criança, principalmente o adolescente — eu digo aquela que já entende um pouco as coisas —, sentir: *“Se eu devo me autoprotger e esta obrigação é só minha e isso aconteceu, é porque eu falhei”*. É muito difícil ela carregar a culpa.

Portanto, nós temos que orientar as crianças, mas sempre tendo em vista que a responsabilidade primeira é dos familiares, dos adultos, que têm a responsabilidade de guarda e proteção da criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Há mais uma pergunta. Primeiro, está escrito: *“Deputado, mande um beijo para a Dra. Jaqueline e a Dra. Ana Cristina”*. (Risos.) *“A maneira como as crianças e adolescentes se expõem nas redes sociais contribui para a ação dos criminosos?”*

Tem a palavra a Dra. Jaqueline.

A SRA. JAQUELINE ANA BUFFON - Agradeço o carinho.

A questão da exposição é muito importante tanto para as crianças e os adolescentes, como para os adultos. O primeiro exemplo é dos pais. Nós trabalhamos no Ministério Público Federal a questão da prevenção, daquilo que se vai expor. O adulto precisa conversar com a criança sobre o que ela vai expor, para quem vai expor, que alcance vai ter isso, porque a pessoa nunca pode esquecer que o que ela postar será para sempre.

Posso pedir a um provedor que retire determinada imagem, dependendo das características? Posso. No entanto, a retirada não significa que a imagem não vá voltar — pode voltar — a tantos outros lugares que existirem. Assim, é preciso cuidado com o que se posta.

Há outra questão relacionada à pergunta anterior: a observação dos pais quanto ao que a criança está demonstrando, se há alteração no comportamento dela.

O que é *grooming*? Isso está sendo muito utilizado na Internet. *Grooming* é um adulto se passar por criança — nunca se sabe na Internet quem está do outro lado —, falar na linguagem da criança sobre assuntos de interesse da criança e pedir, depois da relação de confiança, fotos ou imagens do seu corpo. A criança entra naquele contexto achando que está falando com um igual e, se não houver este ambiente de conversa em casa, faz as imagens. Depois, vem a ameaça. A



ameaça é para o encontro. O adulto vai querer o encontro para depois praticar, sim, o abuso sexual.

É importante que os pais observem se há na criança alguma modificação de comportamento com relação aos estudos e aos amigos, e se ela não quer mais sair, não quer mais conversar, não quer mais comer. Precisamos trazer o pessoal da área médica para acompanhar esta realidade, porque estamos com questões de *cyberbullying*, de pornografia e de *sexting*. A mãe ou o pai, ou outro familiar, leva a criança ao médico porque a criança não come ou não conversa mais. Às vezes, ela está sendo vítima, e ninguém está observando este outro lado.

As tecnologias trazem muitas mudanças de comportamento em várias questões que precisam ter o olhar de todos os profissionais que se relacionam com o indivíduo. Isso é importante.

Desta forma, é importante os pais observarem o que postam. Eu sempre dou o mesmo exemplo, que é muito simples: uma foto do banho de uma criança ou de um bebê pode ser linda para nós, mas pode ter outra conotação para um abusador. Essa mesma foto poderá entrar numa rede de disponibilização internacional com comentários muito chocantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Pode falar, doutora.

A SRA. ALESSANDRA INÊS DA SILVA AREIAS - O que eu acho interessante na Internet e vejo em relação aos meus pacientes adolescentes é que na Internet tudo é muito positivo. As pessoas estão muito felizes, as fotos são muito interessantes. O jovem posta foto, como você mesmo disse, uma simples foto de bebê — tudo é muito bonito —, para os outros verem, e o jovem faz muito isso porque acha que vai receber *likes*. Ele não se dá conta de que aquilo que para ele é positivo vai ser visto pelo outro como algo assim: *“Opa, peguei você”*. A realidade na Internet se dá assim.

Alguém falou sobre os sintomas, o padrão que a criança acaba apresentando. Ela pode se calar, ficar mais calada, ou começar a perguntar sobre determinado assunto. Aí se começa a perceber algo: *“Por que ela está perguntando isso? Ela teve acesso de alguma forma ou ouviu”*.

Portanto, é preciso estar atento à criança quando chega a casa e, principalmente, quando as crianças estão brincando sozinhas, porque existem



outros fenômenos, como a descoberta sexual, quando ainda é muito cedo, quando a criança não sabe lidar com a questão sexual, por ainda não ter maturidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Mais uma pergunta: *“De que forma o Poder Legislativo pode contribuir para fortalecer o combate à violência sexual de crianças e adolescentes na Internet?”*

Esta pergunta é para o Dr. Pablo e o Dr. Joel. Fiquem à vontade.

O SR. PABLO BARCELLOS BERGMANN - Um dos papéis primordiais do Poder Legislativo é fiscalizar as ações do Executivo, além de criar leis. Como eu citei na minha fala, a criação desta central nacional é um projeto que está no papel e está tramitando no Ministério da Justiça. Com certeza, poderia haver uma ação do Legislativo para cobrar ou fiscalizar o andamento disso, para que dê algum resultado e não fique só na notícia do *site*. É preciso que haja, de fato, uma ação para implementar este centro nacional, integrar as ações e criar políticas públicas. Assim, teremos ações mais efetivas nesta área.

O problema é muito grande. Cada órgão fazer o seu papel sozinho, de forma separada, realmente não é suficiente para enfrentar esta situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Tem a palavra o Dr. Joel.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO - O processo é diferente nos países que adotam a linha do direito consuetudinário, o Direito dos Costumes. O Legislativo tem papel fundamental no nosso sistema, já que captura alguns sentimentos, algumas necessidades da nossa sociedade e transforma isso em marcos legais. Nós, particulares, podemos fazer tudo o que não esteja proibido na lei. Mas o grande motor, a grande engrenagem neste sistema, seria exatamente o setor público, e o setor público só pode fazer o que é designado pela lei.

Seriam três os momentos em que o Legislativo pode atuar bem.

O primeiro momento seria o de desenvolver políticas públicas que sejam eficazes. Por isso, o projeto de lei tramita em todas as Comissões. As Comissões Temáticas existem justamente para verificar a eficácia da norma na hora em que ela for implementada. Então, é preciso criar normas efetivas, que venham a surtir efeito.

O segundo momento seria o de alocar recursos para que a ação seja feita, senão tudo isso será peça de ficção científica: ficaremos enxugando gelo, e as coisas não acontecerão.



O terceiro momento seria o de fiscalizar se a norma está sendo executada, em razão de um orçamento designado para isso, gerando os efeitos almejados pela sociedade.

O papel do Legislativo no nosso sistema é, na minha opinião, fundamental. Enquanto não conseguirmos comprar a bandeira de a criança ser realmente prioridade, teremos cada vez mais uma sociedade desvirtuada, que quer reduzir a maioria penal. Isso não adianta.

Deputado, é hora de chamar para si a responsabilidade, pegar a bola e bater o pênalti. Tem que ser o presidente do time.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - E fazer o gol.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO - E fazer o gol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Estamos chegando ao fim desta audiência pública.

Quero agradecer a presença da Igreja Sara Nossa Terra, na pessoa do Pastor Franklin; ao Sr. Marcio José Pontes, Diretor Parlamentar do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de São Paulo; ao Sr. Fábio Luis de Almeida, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de São Paulo, na pessoa da Sra. Rosângela; ao Deputado Federal Sóstenes Cavalcante, do Democratas do Rio de Janeiro.

Quero agradecer à Polícia Rodoviária Federal, na pessoa da Sra. Flávia Alves de Oliveira Mundim; à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente da Polícia Civil do Distrito Federal, na pessoa da Delegada Ana Cristina Melo Santiago; à Psicóloga Alessandra Inês da Silva Areias; à ONG SaferNet Brasil, na pessoa do Sr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, que teve que se ausentar por motivo de viagem; à Fundação Republicana Brasileira, na pessoa do seu Presidente, Renato Junqueira; ao Ministério Público Federal, na pessoa da Sra. Jaqueline Ana Buffon; à Polícia Federal, na pessoa do Sr. Pablo Barcellos Bergmann; à OAB, na pessoa do Dr. Joel Gomes Moreira Filho; e ao CONANDA, na pessoa da Sra. Iolete Ribeiro da Silva.

Agradeço também à *TV Câmara*, à *Rádio Câmara* e a todos os funcionários da Câmara dos Deputados e assessores que participaram desta audiência.



Para suas considerações finais, passo a palavra à Sra. Iolete Ribeiro, reforçando meus agradecimentos.

A SRA. IOLETE RIBEIRO DA SILVA - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de convidar todos a acompanhar estas discussões a partir do CONANDA. Estamos preparando mais uma conferência para 2019. O tema será pautado e discutido novamente.

Temos que unir os esforços de todas as instituições, para fazer avançar o direito das crianças e dos adolescentes, entendendo especialmente que é importante escutá-los, porque eles têm muito a contribuir para nossa compreensão do problema e para a construção de intervenções mais eficazes.

Então, o protagonismo de crianças e adolescentes é algo essencial nesse universo de proposição de mudanças que a sociedade precisa realizar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Renato Junqueira, Presidente da Fundação Republicana Brasileira, para suas considerações finais.

O SR. RENATO JUNQUEIRA - Mais uma vez, eu gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Roberto Alves e também a todos aqueles que acompanharam esta audiência pública do início ao fim. Deixo as portas da FRB abertas para os senhores.

Nós trabalhamos com diversos cursos gratuitos, presenciais ou *on-line*. Temos cursos de inglês, de espanhol, de política, de liderança feminina, a fim de promover esse despertar do cidadão para a política, porque nós entendemos que não existe política boa ou política ruim, existe política — e a política é boa e necessária, sim.

No que depender da FRB, nós iremos proclamar isso em todo o território nacional.

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado.

Concedo a palavra, para suas considerações finais, à Dra. Jaqueline Buffon.



A SRA. JAQUELINE ANA BUFFON - Agradeço a oportunidade de o Ministério Público Federal participar deste momento importante.

Eu acredito que podemos sair daqui e continuar essa luta, com a consciência de que cada um de nós tem um papel fundamental, assim como é fundamental a união de todas as nossas forças, porque sozinhos não conseguiremos algo.

Há três questões para pensarmos: a volta do debate sobre a assinatura, pelo Brasil, da Convenção de Budapeste; a inserção, nos currículos escolares, da educação digital; e a inserção, nos currículos das universidades, das questões dos cibernéticos, para que os operadores do Direito tenham esse conhecimento já nos bancos escolares, porque nós precisamos de operadores com conhecimento para enfrentar essa realidade que nos chega.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Sou eu que agradeço.

Para suas considerações finais, concedo a palavra ao Dr. Joel, a quem peço que leve meu abraço à OAB.

O SR. JOEL GOMES MOREIRA FILHO - Deputado Roberto, primeiramente, eu queria agradecer a possibilidade de estarmos aqui conversando e aprendendo um pouquinho com cada um dos setores que fazem a interlocução desse problema. Nós nos colocamos à disposição dos senhores sempre que acharem que a Ordem pode contribuir de alguma forma.

Lembro que hoje nós temos uma grande capilaridade. Somos mais de 1 milhão de advogados no Brasil. Acho que há grande possibilidade de transformarmos um pouquinho essa realidade, principalmente a partir da nossa casa, com cada um cuidando da sua área.

Nós, como instituição, temos uma responsabilidade com a sociedade. Então, quero agradecer muito a possibilidade de participar deste debate e dizer que queremos ajudar um pouquinho na solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Muito obrigado.

Para suas considerações, concedo a palavra ao Dr. Pablo, da Polícia Federal.

O SR. PABLO BARCELLOS BERGMANN - Quero agradecer o convite e dizer que estamos sempre à disposição para participar.



Já vim ao Congresso várias vezes e vi que, apesar de as pessoas serem de diferentes setores, tanto do setor privado quanto de órgãos públicos, normalmente as falas vão no mesmo sentido: busca-se priorizar essa matéria e integrar as ações de educação e de prevenção.

Sei que as pessoas que trabalham com isso no seu dia a dia têm essa visão convergente. Falta realmente o Governo e a sociedade civil como um todo terem esse mesmo entendimento das pessoas que falaram aqui hoje, no sentido de que é preciso tirar isso do papel e não ficar restrito a esta sala, para que ocorram ações efetivas na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Obrigado, Dr. Pablo.

Para suas considerações, concedo a palavra à Dra. Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA INÊS DA SILVA AREIAS - Agradeço novamente o convite, como uma parte da iniciativa privada mesmo.

Eu e vários colegas atendemos, no dia a dia, essas crianças e famílias que chegam até nós. É realmente muito difícil. Estamos sempre esperando que essas leis que são construídas aqui possam nos ajudar nesse trabalho.

Penso que a prevenção nas escolas, juntamente com os pais, deva ser cada vez mais disponibilizada, porque só assim nós vamos conseguir combater isso de forma mais assertiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Agradeço à senhora pela presença.

Para suas considerações, concedo a palavra à Sra. Flávia Mundim.

A SRA. FLÁVIA ALVES DE OLIVEIRA MUNDIM - Mais uma vez, agradeço, em nome do nosso Diretor Renato Borges, a presença da Polícia Rodoviária Federal neste debate, que é tão importante.

É importante trabalharmos em rede, porque cada um, dentro da sua caixinha, acaba deixando muito espaço aberto entre elas.

E termino lembrando Milton Nascimento: *“E há que se cuidar do broto, para que a vida nos dê flor e fruto”*. Se nós não cuidarmos de nossas crianças e adolescentes, não veremos um futuro muito promissor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu agradeço à senhora.



Antes de eu passar a palavra à Dra. Ana Cristina, que citou aqui o Projeto de Lei nº 5.276, de 2016, apensado a outro projeto, quero dizer a ela que a Comissão Especial criada para analisá-lo só poderá ser instalada com ordem do Presidente Rodrigo Maia. Nós vamos falar agora com o Presidente e solicitar que ela seja instalada e que os trabalhos comecem no início de 2018.

Tem a palavra a Dra. Ana Cristina, para suas considerações finais. Já estamos trabalhando. A senhora pode ver que esta audiência pública já começou a surtir efeito.

A SRA. ANA CRISTINA MELO SANTIAGO - É verdade.

Mais uma vez, eu queria parabenizá-lo.

Venho de uma experiência de muitos anos à frente da Delegacia da Mulher, onde tive aprendizados. Aqui estou reafirmando esse entendimento de que existem temáticas muito delicadas, importantes e caras à nossa sociedade, que só podem ser tratadas de forma integrada e a partir desse diálogo constante e multidisciplinar.

Então, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, pois só existe esse caminho.

Há uma legislação que entrará em vigor em abril: a Lei nº 13.431, de 2017, que trará cada vez mais à tona esse debate sobre a necessidade de aperfeiçoamento do enfrentamento a esse tipo de violência e a todas as outras das quais, infelizmente, as nossas crianças e adolescentes ainda são vítimas.

Muito obrigada e sucesso no seu trabalho. Sei que é um tema muito caro ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Alves) - Eu agradeço.

Os senhores receberam o exemplar do gibi *Robertinho e sua Turma*? Esse é um trabalho que nós fizemos nos Municípios de São Paulo, de onde sou, principalmente naqueles muito carentes, para os quais, às vezes, há muita dificuldade até de se levar a Internet.

Nesse trabalho, não se fala de política, mas de prevenção. Nós pedimos às crianças e aos pais que usem o Disque 100. Infelizmente, senhoras e senhores, muitos ainda não sabem o que é o Disque 100.

Nesse gibi *Robertinho e sua Turma*, fazemos o trabalho de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. Recebemos vários convites para irmos a outros Estados do Brasil. No ano de 2018, vai ser



lançada a segunda edição. Nós informamos às pessoas, principalmente às crianças, o quanto é importante elas se cuidarem.

Antes de concluir os trabalhos, quero agradecer aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores, aos profissionais da imprensa, ao público em geral e, em especial, mais uma vez, aos senhores palestrantes pelas contribuições trazidas a este importante debate.

Está encerrada a presente reunião de audiência pública.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe o nosso Brasil! (*Palmas.*)